



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

Pedro Henrique de Azevedo Silva

**POMPEU DE SOUSA, O MANUAL DE ESTILO DO DIÁRIO CARIOCA E O TEXTO  
JORNALÍSTICO NOS ANOS 1950**

**BRASÍLIA-DF**

**2015**

**PEDRO HENRIQUE DE AZEVEDO SILVA**

**POMPEU DE SOUSA, O MANUAL DE ESTILO DO DIÁRIO CARIOCA E O TEXTO  
JORNALÍSTICO NOS ANOS 1950**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Orientadora: Dione Moura

**Brasília-DF**

**2015**

**PEDRO HENRIQUE DE AZEVEDO SILVA**

**POMPEU DE SOUSA, O MANUAL DE ESTILO DO DIÁRIO CARIOCA E O TEXTO  
JORNALÍSTICO NOS ANOS 1950**

Aprovado em \_\_/\_\_/2015

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Dione Moura (Orientadora)

---

Prof. Dr. Murilo César Ramos

---

Prof. Dra. Márcia Marques

---

Prof. Dra. Liziane Guazina (Suplente)

Às professoras Vera Lúcia e Vera Lúgia, pela compreensão e paciência ao alfabetizar, nos tempos da Escola Classe 206 Sul, seu aluno talvez mais vagaroso naquela travessia de milênio.

À Mary Azevedo, pedagoga que se uniu às Vera's para que eu aprendesse a ler e escrever. Minha mãe, que vibraria e se emocionaria na cerimônia de colação de grau, que é também dela.

Ao Altamiro José, o melhor aluno e formando, em 1963, da primeira turma do Grupo Escolar 1, primeira escola pública de Brasília. O exemplo a ser perseguido.  
Meu pai!

A Jesus: além de tudo, concedeu-me a aprovação naquele difícil vestibular.

## **AGRADECIMENTOS**

João Coelho, que, nos tempos do curso pré-vestibular, me disse algo que eu não havia ainda sequer cogitado: “Você deveria fazer Jornalismo”;

Tia Mariza, por me receber para almoçar tantas vezes ao longo de toda a graduação. Obrigado pelo carinho!;

Marcelo Pereira Gonçalves, por colocar sua experiência a meu favor na preparação para a apresentação oral;

Andrey Nicolas, pela amizade e por todas as noites sacrificadas para elaborar o quadro da análise empírica. Valeu demais!;

Érico Vinícius, pela amizade e por montar os gráficos do capítulo Procedimentos Metodológicos;

Lara Silvério Naves, pela amizade e por se disponibilizar a ler a monografia e dar um retorno;

Prof. Dione Moura, pelo entusiasmo com o tema e pelo interesse, de prontidão, em me orientar.

## RESUMO

Este trabalho pretende averiguar o impacto do Regras de Redação do Diário Carioca, primeiro manual de estilo da imprensa brasileira, no processo de modernização do texto jornalístico no nosso país. Respaldados pela historiografia a respeito do tema, mostramos como o Diário Carioca deu início à reforma, quando, em fevereiro de 1950, o jornalista Pompeu de Sousa, chefe de redação do jornal, reuniu normas oriundas dos Estados Unidos no manual que ele próprio produziu. Também abordamos a experiência de Pompeu de Sousa como professor na Universidade do Brasil, e a relação do surgimento do curso superior de Jornalismo com a reforma da imprensa. Em seguida, apresentamos uma análise empírica de quatro periódicos do Rio de Janeiro, para entender se e em que medida o DC esteve à frente dessa modernização em relação aos demais periódicos da época.

**Palavras-chave:** POMPEU DE SOUSA. DIÁRIO CARIOCA. MODERNIZAÇÃO. IMPRENSA. 1950.

## ABSTRACT

This paper aims to investigate the impact of “Regras de Redação do Diário Carioca”, first Brazilian press style manual, in the modernization process of the journalism in our country. We show how the Diário Carioca started a reform when, in February 1950, the journalist Pompeu de Sousa, newspaper office chief, met US standards arising in the manual that he produced. Also, we address the Pompeu de Sousa’s experience as a professor at the University of Brazil, and the relationship between the emergence of the degree in Journalism with the reform of the press. Next, we present an empirical analysis of four newspapers of Rio de Janeiro, to understand whether and to what extent the DC was in charge of this modernization over other periodicals of the time.

**Keywords:** POMPEU DE SOUSA, DIÁRIO CARIOCA. MODERNIZATION. PRESS. 1950.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 POMPEU DE SOUSA E A NOVA IMPRENSA</b> .....	10
2.1 O manual de redação.....	11
<b>3 POMPEU NA DÉCADA DE 1940</b> .....	29
3.1 A influência norte-americana.....	29
3.2 Universidade do Brasil e ensino de Jornalismo.....	31
<b>4 UM ESTUDO EMPÍRICO DO TEXTO JORNALÍSTICO NOS ANOS 1950</b> .....	37
4.1 Justificativa.....	37
4.2 Objetivo da pesquisa.....	42
4.3 Corpus da análise.....	42
4.4 Aspectos analisados.....	43
4.5 Limitações.....	43
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	45
5.1 Abertura das manchetes.....	45
5.2 Títulos e subtítulos.....	53
5.3 Notícias nacionais e internacionais.....	58
5.4 Texto e vocabulário.....	60
5.5 Diagramação e elementos visuais.....	63
5.6 Resultados.....	69
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	70
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	73

## 1 INTRODUÇÃO

Nossa pretensão com este trabalho foi apresentar o impacto do manual do Diário Carioca (DC), um pequeno jornal do Rio de Janeiro, cujo chefe de redação era Pompeu de Sousa, no texto do jornalismo brasileiro dos anos 1950. Ao reformular o jornal, o Diário Carioca teria protagonizado a modernização da imprensa brasileira, que ocorreu nessa mesma década. Buscamos, portanto, mostrar *se e como* o manual do DC contribuiu para a modernização das técnicas de redação do texto jornalístico no Brasil.

Em nossos dias, o leitor casual de jornais impressos, o ouvinte esporádico de noticiários radiofônicos, o telespectador eventual do jornalismo televisivo, o internauta – todos, enfim –, ainda que desconheçam termos como *lide* e *pirâmide invertida*, estão habituados a um formato objetivo e conciso de notícia em vigor no Brasil há mais de 60 anos.

Na primeira metade do século XIX, contudo, era o *nariz de cera*, a narrativa cronológica e o estilo opinativo que compunham o padrão textual vigente. Essa situação começou a se alterar a partir da elaboração, por Pompeu de Sousa, em fevereiro de 1950, do manual de estilo do Diário Carioca, o primeiro da imprensa brasileira, o qual reunia regras oriundas de manuais norte-americanos.

No primeiro capítulo, contamos como se deu essa história. Buscamos transmitir o que significava, de fato, ler o *nariz de cera* e o *lide* – estilos tão opostos que geraram muitas polêmicas entre jornalistas daquele tempo. Assim, para ter acesso a edições de jornais das décadas de 1940 e 1950 e mostrar como eram escritas as notícias, recorreremos ao acervo disponibilizado pela Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional<sup>1</sup> e ao acervo d'O Globo<sup>2</sup>. Também utilizamos depoimentos de jornalistas que atuaram no Diário Carioca nos anos 1950 (constantes em parte das obras que nos serviram de referência bibliográfica).

No segundo capítulo, abordamos a passagem de Pompeu de Sousa pelos Estados Unidos, no começo dos anos 1940, e sua atuação como professor no curso de Jornalismo da Universidade do Brasil, no fim da mesma década. A esse respeito,

---

<sup>1</sup> Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> e em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em 20/09/2015.

<sup>2</sup> Disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com>>. Acesso em 20/09/2015.

ainda apresentamos um paralelo entre o surgimento do Jornalismo enquanto educação superior e a reforma da imprensa brasileira.

No terceiro capítulo, trazemos críticas feitas por uma parcela de pesquisadores à historiografia no campo do jornalismo e ao modelo que explica a modernização da imprensa brasileira, e introduzimos uma análise empírica de periódicos cariocas que realizamos para atestarmos o desenvolvimento dessa renovação e em que medida o Diário Carioca a teria liderado.

No quarto capítulo, apresentamos os resultados obtidos e algumas conclusões. Aqui, além do acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, recorreremos à versão experimental da Coleção Centenária do Jornal do Brasil, que contém edições digitalizadas no Google News Archive<sup>3</sup>.

Chegamos ao tema desta pesquisa após alterações na proposta original do trabalho, que envolvia a história da fundação da Universidade de Brasília e das personagens que a compuseram. Nisso se incluía o estudo da trajetória profissional de Pompeu de Sousa, que instituiu a Faculdade de Comunicação de Massa (hoje Faculdade de Comunicação), após convite do próprio Darcy Ribeiro para que se juntasse a ele – bem como a Anísio Teixeira (fundador), Oscar Niemeyer (Arquitetura), João Filgueiras Lima (Arquitetura), Alcides da Rocha Miranda (Artes), Alfredo Cheschiatti (Artes), Athos Bulcão (Artes), Glênio Bianchetti (Artes), Nelson Pereira dos Santos (Cinema), Claudio Santoro (Música), Otto Gottlieb (Química), Roberto Aureliano Salmeron (Física), Jayme Tiomno (Física), Elon Lages Lima (Matemática), Carolina Bori (Psicologia), Eduardo Galvão (Antropologia), Aryon Dall'Igna Rodrigues (Linguística), e muitos outros mais, que já haviam alcançado naquele tempo, ou viriam a atingir nas décadas seguintes, realizações notáveis nas respectivas áreas do conhecimento – no fazimento da Universidade de Brasília, no alvorecer dos anos 1960.

A ideia inicial foi modificada por recomendação da orientadora, professora Dione Moura, que sugeriu que este Trabalho de Conclusão de Curso empreendesse um estudo empírico original para examinar, em jornais da época, como se deu, efetivamente, o processo de modernização do jornalismo brasileiro nos anos 50 do século XX. Pretendo, de todo modo, apurar, em algum momento, o passado

---

<sup>3</sup> Disponível em <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>> e em <<http://www.jb.com.br/paginas/news-archive>>. Acessos em 25/10/2015.

primitivo da UnB e a atuação profissional de seus primeiros professores, bem como a proposta – que se desvirtuou – de Pompeu para a Faculdade de Comunicação de Massa, seja como repórter, seja como pesquisador – duas atividades que, tenho constatado, são análogas. Os resultados obtidos com esta monografia serão construtivos para esse propósito, uma vez que a reforma da imprensa integra a trajetória de Pompeu de Sousa.

## 2 POMPEU DE SOUSA E A NOVA IMPRENSA

Neste capítulo, apresentamos o manual elaborado pelo jornalista Pompeu de Sousa<sup>4</sup> (1916/1991), e procuramos fazer isso inserindo-o no processo de modernização da imprensa brasileira nos anos 1950.

Ao buscarmos referências bibliográficas sobre o tema, nos deparamos com obras escassas (Costa, 2011; Roxo da Silva, 2009; Sponholz, 2008; Mendez, 2006; Lage, 2004; Machado, 2003; Diário Carioca, 2003<sup>5</sup>; Caprino, 2002; Caprino, 2002<sup>6</sup>; Lage, 2002), constituídas, em grande parte, por depoimentos de jornalistas que vivenciaram essas transformações. O referencial teórico deste capítulo se fundamenta no material mais recente (Costa, 2011; Mendez, 2006; Lage, 2004; Machado, 2003; Diário Carioca, 2003; Caprino, 2002) que encontramos a respeito de Pompeu de Sousa e da renovação tanto do Diário Carioca quanto da imprensa nos anos 1950.

Da tese de doutorado intitulada *Pompeu de Sousa: o jornalista que mudou o jornalismo brasileiro*, defendida na Universidade Metodista de São Paulo, por Rosemary Bars Mendez, em 2006, em que a pesquisadora biografava o pesquisado, extraímos informações sobre o início da carreira profissional de Pompeu no Rio de Janeiro, o contexto histórico do país e da imprensa brasileira em que ele esteve inserido e as intervenções do jornalista no *DC* (como a implementação do manual).

Ainda a respeito da reforma que se estabeleceu no Diário Carioca e que se estendeu aos demais periódicos brasileiros, sustentamo-nos, principalmente, em cinco publicações:

---

<sup>4</sup> Nascido em Redenção, Ceará, Roberto Pompeu de Sousa Brasil começou a trabalhar no Diário Carioca em maio de 1940, com 22 anos de idade. Em dezembro de 1941, chegou aos Estados Unidos, onde produziu programas e noticiários radiofônicos, em um intercâmbio promovido por aquele país em parceria com o governo brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. A partir de 1945, já no Brasil, incorporou algumas inovações de inspiração norte-americana no *Diário Carioca*. Em 1949, foi professor assistente do recém-criado curso de Jornalismo da Universidade do Brasil. Em fevereiro do ano seguinte, organizou aquele que é considerado o primeiro manual de estilo da imprensa brasileira. A reforma do Diário Carioca, feita por Pompeu em conjunto com Danton Jobim e Luiz Paulistano (diretor e chefe de reportagem, respectivamente), seria replicada no restante da imprensa.

<sup>5</sup> Publicação da Secretaria de Comunicação Social do Estado do Rio de Janeiro intitulada *Diário Carioca: o máximo de jornal no mínimo de espaço*. As referências a essa publicação, elaborada pelo órgão público, serão identificadas pelo nome DIÁRIO CARIOCA entre parênteses, assim como o ano de publicação, 2003.

<sup>6</sup> Caprino tem dois artigos publicados em 2002.

- *Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira*, livro de Cecília Costa, publicado pela Fundação Biblioteca Nacional, em 2011. Além de contar a história do DC, contém mais de 200 páginas de depoimentos de profissionais que tiveram ligação com o periódico.
- Publicado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em 2003, o livro *Diário Carioca: o máximo de jornal no mínimo de espaço* também conta a história do DC e de sua reforma, respaldada por depoimentos de diversos jornalistas que trabalharam nesse jornal.
- Nilson Lage, redator do DC nos anos 1950, publicou, em 2004, em parceria com Tales Faria e Sérgio Rodrigues, o artigo *Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade*, em que também traça um perfil do *Diário Carioca*, e aborda as inovações do periódico antes e depois do manual de redação.
- No artigo *A reforma do Diário Carioca na década de 50*, Izamara Bastos Machado (2003) discute a renovação ocorrida na imprensa, dando enfoque ao jornal de Pompeu, e aborda acontecimentos históricos que envolviam a sociedade do período.
- Em *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*, artigo de Ana Paula Ribeiro (2003), se discute as transformações no jornalismo brasileiro após a adoção raciocinada dos padrões norte-americanos, e como essas três áreas – jornalismo, literatura e política – se envolveram nesse processo.

Publicado em 2002, o artigo *Manual de Redação: camisa-de-força ou regra necessária?*, de Mônica Caprino, nos auxiliou a compreender a linha do tempo do aparecimento de manuais de redação nos periódicos brasileiros.

## **2.1 O manual de redação**

Rio de Janeiro, domingo, 19 de fevereiro de 1950. No primeiro dia de carnaval dos anos dourados, o jornal *Diário Carioca*, que só voltaria a circular na

quinta-feira, anuncia na sexta página do suplemento *Festa do Povo*<sup>7</sup>: “Esse será o mais suntuoso e divertido de todos os desfiles”, diz, sem receio de errar, a notícia a respeito do baile de terça, o mais aguardado. Na segunda, o jornal *O Globo*<sup>8</sup>, que não circulara no domingo, elogia a parada das repartições públicas, um “cortejo digno de figurar no préstito de terça-feira gorda” e mesmo “uma aula de história do Brasil” – à qual compareceu, como “convidada de honra” (e aluna) “a Rainha da Primavera no Chile, Srta. Maria Figueroa Nunez, acompanhada de sua cicerone brasileira, a encantadora Srta. Diva Faria”. O *Diário da Noite*<sup>9</sup> estampa, na quarta-feira, notícias conflitantes em sua primeira página: “Foi o maior Carnaval do Rio” fica pequeno diante da manchete, “Ameaçada de prisão a Rainha do Carnaval”, de letras tão garrafais que outra notícia, “O garotinho matou sem querer a própria genitora com um tiro no ventre” – sobre o pequeno Arlindo, que, desesperado, “agarrou-se, chorando, ao corpo de sua mãe”, senhora “casada, branca”, domiciliada “à rua Capitão Filismino, n. 16-A. Bangu” –, apesar do apelo, quase passa despercebida.

Talvez alheio ao que acontecia naqueles dias de choro e festa, talvez nos braços da jovem Othília<sup>10</sup>, que conhecera no ano anterior, ou talvez movido pela determinação dos que sabem o que fazem, Pompeu de Sousa se lançou a elaborar, em casa, durante o carnaval, um folheto que, mais tarde, mostraria que o chefe de redação do *Diário Carioca* (DC)<sup>11</sup>, mais que um manual de redação jornalística, estava a escrever história.

As 16 páginas de Regras de Redação do *Diário Carioca*, primeiro manual – ou *stylebook* – da imprensa brasileira, reunia, segundo Lage (2004, p. 140), em

<sup>7</sup> DIÁRIO CARIOCA, 19 fev. 1950, Caderno Festa do Povo, p. 6. Disponível em <[http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092\\_1950\\_06643.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1950_06643.pdf)>. Acesso em 20/09/2015.

<sup>8</sup> O GLOBO, 20 fev. 1950, p. 10, disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019500220>>. Acesso em 20/09/2015.

<sup>9</sup> DIÁRIO DA NOITE, 22 fev. 1950, p. 1, disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961\\_03&PagFis=1049](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_03&PagFis=1049)>. Acesso em 20/09/2015.

<sup>10</sup> Othília Pompeu de Sousa tinha 17 anos de idade quando conheceu, na Confeitaria Colombo, o futuro marido, Roberto Pompeu de Sousa Brasil. O jornalista, à época divorciado, casou-se no civil com Othília somente após a edição Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 – a chamada Lei do Divórcio – e no religioso, depois que ficou viúvo da primeira esposa. No entanto, desde 1950 viviam juntos. A informação é dada por Rosemary Bars Mendez, que entrevistou Othília em julho de 2004. In: MENDEZ, Rosemary Bars. **Pompeu de Sousa: o jornalista que mudou o jornalismo brasileiro**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

<sup>11</sup> O DC foi fundado em 18 de julho de 1928 por José Eduardo Macedo Soares (1882/1967). Macedo foi proprietário do jornal até 1932, quando o vendeu a Horácio de Carvalho Júnior; continuou, porém, escrevendo artigos de opinião para o jornal que criou. Em 1961, Horácio negociou-o com Arnon de Mello; este, por sua vez, vendeu-o, em 1962, ao seu último dono, Danton Jobim. A última edição do DC circulou em 31 de dezembro de 1965.

“um texto sucinto” e “isento de discursos institucionais”, um sistema de regras em vigência desde o começo do século XX nos Estados Unidos, mas ainda estranho no Brasil. Estabeleceram de modo ordenado, criterioso e esquematizado a modernização da imprensa nacional, na qual Pompeu esteve, embora não sozinho, à frente, como veremos. Ainda que já houvesse indícios de essa reforma estar em andamento desde antes do *stylebook* do DC, somente se fixou e ganhou corpo, conforme afirma Ribeiro (2003, p. 153), “através de um processo consciente de reformulação”. O folheto elaborado por Pompeu foi o primeiro ato desse procedimento. Foi a linha divisória que demarcou a fronteira entre o jornalismo que havia antes e o que haveria depois.

Entre as normas apresentadas nos sete itens do manual<sup>12</sup> – Redação, Cabeças, Números, Tratamento, Maiúsculas, Abreviações e Pontuação, além de Instruções gerais – uma trazia o lide, nome aportuguesado do inglês *lead*: o primeiro parágrafo das notícias tinha de ser ocupado com “um resumo conciso das principais e mais recentes informações do texto, esclarecendo o maior número das seguintes perguntas relativas ao acontecimento: o quê?, quem?, onde?, como?, e por quê?” Derreteu-se, com isso, o nariz de cera, texto vago que abria a matéria, para se forjar o lide, que, conforme Mendez (2006, p. 87), garante ao leitor “todos os elementos de uma notícia, nomeando os agentes envolvidos no fato e definindo tempo e espaço deste acontecimento”.

O manual diz que o lide só poderia ser preterido do parágrafo inicial por “um aspecto mais sugestivo e suscetível de interessar o leitor no acontecimento” ou “em casos de matérias muito peculiares em que o elemento pitoresco, sentimental ou de surpresa” o exigisse. A pirâmide invertida, já presente no lide, tornava a aparecer no tópico seguinte, uma vez que o desenvolvimento dos demais parágrafos deveria ser ordenado “pela hierarquia da importância e atualidade dos pormenores”. Números teriam de ser escritos com letras de um a dez e, a partir de 11, com algarismos, exceto cem, mil, milhão, bilhão, em diante. Pronomes de tratamento, embora ainda vigentes, teriam maior critério no emprego; *doutor*, por exemplo, seria restrito a médicos, e quando no exercício da função.

---

<sup>12</sup> O manual *Regras de Redação do Diário Carioca* consultado para esta pesquisa encontra-se reproduzido em RIO DE JANEIRO. Secretaria de Comunicação Social. **Diário Carioca: O máximo de jornal no mínimo de espaço**, 2003. (Cadernos de Comunicação, Série Memória, Vol. 9).

Para garantir a reformulação da linguagem do Diário Carioca e disciplinar o emprego das normas de redação por repórteres na produção de notícias, Pompeu instituiu a primeira mesa de revisão de textos da imprensa brasileira, o copidesque – também trazido dos jornais norte-americanos. Nele, uma equipe de redatores revisava os textos antes de serem publicados e, caso não estivessem de acordo com o manual, tinha autonomia para reformulá-los por completo, padronizando-os (RIBEIRO, 2003; MENDEZ, 2006).

Com o auxílio do diretor do jornal, Danton Jobim, e com o envolvimento de Luiz Paulistano, chefe de reportagem, aportavam de vez no país, junto com o lide e a pirâmide invertida, o jornalismo empresarial, o texto padronizado, a informação clara, objetiva, concisa (MACHADO, 2003; RIBEIRO, 2003; MENDEZ, 2006). De modo paulatino, entrava em desuso, conforme vários autores (RIBEIRO, 2003; LAGE, 2004; MENDEZ, 2006), a imprensa artesanal, o nariz de cera, os artigos e adjetivos desnecessários, a erudição das palavras, os chavões, a técnica de escrita literária, o texto panfletário, participante, de opinião.

A recém-chegada técnica de redação americana abraçou-se com a incorporação, pelo DC, de inovações introduzidas na linguagem literária pelos modernistas de 1922, de maneira a aproximar a escrita da fala corrente (DIÁRIO CARIOCA, 2003; LAGE, 2004). Mais tarde, em outra brasilidade, Luiz Paulistano acrescentou ao lide o sublide: segundo parágrafo do texto, após a abertura (feita em lide), inexistente na técnica americana, aceito imediatamente por Pompeu (COSTA, 2011, p. 230) –, que trazia informações adicionais sobre o fato.

O bem-humorado Ferreira Gullar (LAGE, 2004, p. 141): “As quatro primeiras linhas davam o fundamental, as quatro seguintes complementavam a informação. Se você quisesse ler o resto, era problema seu”.

Com essa formatação, o DC pôde publicar, segundo Machado (2003), pela primeira vez naquele jornal, sua primeira página (capa) composta apenas de chamadas.

Na época, as matérias principais eram lançadas na primeira página e interrompidas quando o espaço acabava – no meio da frase, geralmente – para continuarem nas páginas internas; as chamadas eram feitas em títulos. No *Diário Carioca*, o *lead* e o *sublead* substituíram as matérias quebradas na primeira página – o que tinha a vantagem de permitir apresentação de maior número de assuntos, além de tornar menos confusa a programação visual (MACHADO, p. 9/10).

Naquele domingo de carnaval, em 1950, uma das matérias de primeira página<sup>13</sup> trazia um título que pouco dizia: “Voltarão Amanhã ao Trabalho”. Seguiu-se: “WASHINGTON, 18 (Por Philips J. Peck, do International News Service) – A Junta Investigadora designada pelo pre- (Conclui na 2ª pág.)”. Memorável.

O costume do “conclui” ou “continua em tal página”, como tantas outras peculiaridades do jornalismo daquele tempo, seria superado aos poucos; só se concretizaria – ao menos no Diário Carioca – nos anos 1960, quando Pompeu já havia se demitido do jornal<sup>14</sup>.

O lide se assimilou de tal maneira à prática jornalística nacional que – como disse Luís Edgar de Andrade em depoimento em Diário Carioca: *O máximo de jornal no mínimo de espaço* (DIÁRIO CARIOCA, 2003, p.85) – a vinda ao Brasil, 50 anos depois do surgimento, nos EUA, pode, equivocadamente, soar banal para as gerações habituadas a ele. Porém, “na época, foi uma revolução. Basta lembrar que, mais tarde, nos anos 60, quando fui correspondente em Paris, o *lead* ainda não havia chegado à imprensa francesa” (DIÁRIO CARIOCA, 2003, p. 85).

Segundo o próprio Pompeu:

Ninguém publicava em jornal nenhuma notícia que um garoto foi atropelado aqui em frente sem antes fazer considerações fisiológicas e especulações metafísicas sobre o automóvel, as autoridades do trânsito, a fragilidade humana, os erros da humanidade, o urbanismo do Rio. Fazia-se primeiro um artigo para depois, no fim, noticiar que um garoto tinha sido atropelado defronte a um hotel (ANDRADE, MACHADO e AZEDO *apud* MENDEZ, 2006, p. 64-5).

Os fatos eram narrados não em ordem de importância, mas na ordem cronológica em que aconteciam. Costumeiramente, de forma prolixa e com pretensões literárias. Assim, o leitor que queria se informar “acabou arranjando”, continua Pompeu (1978 *apud* MENDEZ, 2006, p. 65), “um processo de burlar o nariz-de-cera”, em que se lia, antes de qualquer outro, o último parágrafo, em uma espécie de “lead às avessas”.

<sup>13</sup> DIÁRIO CARIOCA. 19 fev. 1950, p. 1. Disponível em <[http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092\\_1950\\_06643.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1950_06643.pdf)>. Acesso em 20/09/2015.

<sup>14</sup> A primeira página da edição de 26 de agosto de 1961, data em que Pompeu se demitiu, ainda mantinha a conclusão de matérias em outras páginas. Já a edição de 29 de dezembro de 1965 – duas antes do fechamento do jornal, em 31 de dezembro de 1965 – trazia, abaixo das manchetes, a chamada (feita com lide e sublide), com indicação da página em que se encontrava o texto, o qual continha informações adicionais; nessa edição, a localização das matérias dentro do jornal ainda não estava padronizada, sendo que constavam três diferentes estilos: Leia na pág. ‘x’; Ler na página ‘y’; e Página ‘z’.

### O nariz de cera, por José Ramos Tinhorão:

Quando alguém matava alguém, nunca um jornal de velho estilo ia publicar simplesmente: ‘O pedreiro Benedito dos Santos, 22 anos, foi morto na noite de ontem com três tiros em um bar na rua tal, ao recusar um copo de cerveja ao marginal conhecido por Toninho Malvadeza’. Nesse caso a notícia começaria quase sempre assim: ‘Ontem, ao cair da noite, o jovem pedreiro Benedito dos Santos despediu-se dos companheiros de serviço e se encaminhou para o bar próximo de sua residência, onde sempre tomava uma cerveja antes do jantar. Estava longe de imaginar o que o destino lhe preparava. De fato, ao chegar ao botequim, já lá estava o conhecido meliante Toninho Malvadeza, temido em todo bairro por suas provocações e violências’. Por aí ia o nariz de cera até concluir, no pé da segunda coluna que ‘ao ser o corpo do inditoso jovem trasladado para o Instituto Médico Legal, sobre o mármore frio da mesa do bar estava, ainda, a sua última cerveja’ (TINHORÃO *apud* ROXO DA SILVA, 2009, p. 5).

Até os anos 1950, a informação era o menos importante em um jornal, de acordo com Machado (2003). O jornalismo em voga desde a origem da imprensa brasileira era de opinião, tal qual a francesa, que inspirara a nossa – e que permaneceria dominante no Brasil até a década de 1960 (MACHADO, 2003). Por causa dos moldes franceses, afirma Ribeiro (2003), os jornais eram, em sua maioria, um instrumento político; agiam, portanto, como “porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam” (MACHADO, 2003, p. 148), devido aos recursos econômicos dos jornais, que eram limitados.

A tese é reforçada pelo jornalista Kleber Paulistano<sup>15</sup>, que, em depoimento a Cecília Costa (2011, p. 299), disse que a descrição dos fatos visava reafirmar o ideário dos donos dos jornais:

Se o sujeito [dono do periódico] fosse de oposição ao governo, ele começava a matéria dizendo: ‘Realmente não se pode mais andar na rua com segurança, porque os assaltantes estão por aí. Veja o que aconteceu ontem com seu fulano de tal’. Não havia o compromisso de informar o leitor, imparcialmente.

Com o novo jornalismo que, aos poucos, se impunha, caíam jargões como o jurídico, predominante entre jornalistas brasileiros, profissão que era comum ser exercida por bacharéis em Direito (LAGE, 2004, p.140):

Foi no *Diário* que se eliminou o uso absurdo da palavra ‘indivíduo’ como sinônimo de criminoso e ‘indigitado’ (que quer dizer ‘apontado’) para mencionar exclusivamente o réu em um processo; trocou-se

---

<sup>15</sup> Filho de Luiz Paulistano, chefe de reportagem do Diário Carioca que esteve envolvido com a reforma do periódico, ao lado de Pompeu e Danton Jobim.

‘homicídio’ por ‘assassinato’, latrocínio por ‘roubo’, ‘humilde’ por ‘pobre’ (já que a humildade é subjetiva e a pobreza objetiva), ‘homem de cor’ por ‘negro’. As pessoas passaram a morar ‘na rua x’ e não ‘à rua x’; as esposas tornaram-se ‘mulheres’, os advogados deixaram de ser ‘causídicos’, os médicos ‘facultativos’, os vereadores ‘edis’, os prefeitos ‘alcades’, as prostitutas ‘damas da noite’, as casas de dois andares ‘mansões’, os automóveis quando passam depressa ‘bólios’ etc.

Os redatores do noticiário policial tiveram que aprender que corpos em ‘decúbito dorsal’ estão de costas, ao contrário daqueles em ‘decúbito ventral’, que estão de frente para o chão ou a cama. Tomaram contato com a tradução para a linguagem corrente de expressões da anatomia topográfica que aparecem nas fichas de hospitais: região inguinal, ínguino-crural e pubiana passaram a ser ‘virilha’; região glútea, ‘nádegas’; cintura escapular, ‘ombros’; cintura pélvica, ‘quadris’; tórax, ‘peito’; ventre, ‘barriga’; regiões occipital, frontal, occipito-frontal e ‘temporal’, crânio; e por aí em diante. Aos poucos, foi-se eliminando o costume de colocar sistematicamente entre parêntesis, após o nome de alguém envolvido em um evento policial (crime ou acidente), a idade, a nacionalidade, a residência e a cor do sujeito – dados dispensáveis e até inconvenientes numa cidade grande e o último deles, muitas vezes, impossível de precisar, na realidade étnica do Rio de Janeiro.

O *Regras de Redação do Diário Carioca* deve ser interpretado, na concepção de Izamara Bastos Machado, como o marco de uma reforma que não surgiu ali, mas “que vinha se desenvolvendo anos antes” (2003, p. 7).

Pompeu de Sousa levou ao *Diário Carioca* a padronização dos títulos inspirado em *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, que estreou a primeira tentativa de uniformizar a titulação dos textos (COSTA, 2011). Desse modo, em 1945, os caracteres dos títulos do DC passaram a ser contados, tirou-se a obrigatoriedade do artigo e introduziu-se abreviaturas e parêntesis (MACHADO, 2003). O controle sobre a quantidade de caracteres também favoreceu o uso do ponto e vírgula e dos dois pontos (LAGE, 2004). Estes, segundo Gilson Campos, contratado pelo DC em 1952, eram pecado, heresia, em outros jornais (COSTA, 2011).

Na redação, o redator elaborava o título da matéria sem ordenação, pois utilizava a quantidade de palavras que pensasse ser suficiente; na oficina, o linotipista escolhia a família de tipos “que mais lhe conviesse” (MENDEZ, 2006, p. 91). Não raro, tinha-se títulos muito extensos ou muito curtos, às vezes pouco claros, cada um com determinada tipografia. Ainda, o excesso de títulos nas páginas e a ausência de lógica na hierarquia do material (RIBEIRO, 2011) dificultavam a leitura. Maurício Azêdo, ex-Diário Carioca, em depoimento a Cecília Costa (2011, p.

464): “Havia jornais que apresentavam títulos como: ‘O Excelentíssimo Senhor Ministro da Viação autoriza obras das rodovias’. O Pompeu acabou com isso”.

A partir da padronização, a composição das páginas aproximou-se, de acordo com Izamara Machado, da concepção visual moderna: “equilíbrio entre as massas de negro (título e texto, texto e texto, etc), abolição dos inúmeros subtítulos e dos fios delimitando as matérias” (MACHADO *apud* MENDEZ, 2006, p. 98). O olho do leitor

passa a se perder menos na profusão de tipos Bodoni, Garamond, Times New Roman, claros e negritos, normais ou itálicos, na primeira página, ou no emaranhado de corpos grandes, pequenos ou mínimos, tendo um centro ou foco ao qual se dirigir (MACHADO, 2003, p. 210).

Rosemary Bars Mendez entende que

isso representava que o lide não foi a única surpresa para os jornalistas da época, mas que deveriam prestar a atenção na nova harmonia tipográfica, no novo projeto gráfico adotado pelo *Diário Carioca*, além da estrutura do texto jornalístico (2006, p. 91).

A busca por concisão, nas palavras de Machado, atingiu no DC “momentos de brilho intenso” (2003, p. 10).

Naquele mesmo 1945, Eurico Gaspar Dutra deixava o Ministério da Guerra, no governo de Getúlio Vargas, para se dedicar à campanha presidencial pelo Partido Social Democrático (PSD). Assumiria o antigo posto de Dutra, que seria eleito presidente, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, então chefe do Estado-Maior do Exército. A edição de 2 de agosto<sup>16</sup> estampou uma manchete que dizia: “Hoje: sai Dutra e entra Góis”.<sup>17</sup> Para Cecília Costa, “um marco” (2011, p. 209). Para Lage, “irreverência total naquele tempo” (2004, p. 142). Houve, porém, um mal-estar. A informalidade no trato com autoridades, acostumadas a “Sua Excelência” e outras honrarias, era inédita e vista como desrespeito (MENDEZ, 2006). Não adiantou. Dois dias depois, era a vez de “Demitido Dutra, nomeado Góis”.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> DIÁRIO CARIOCA. 2 ago. 1945, p. 1. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092\\_03&PagFis=21407](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_03&PagFis=21407)> Acesso em 23/09/2015.

<sup>17</sup> Não foi a primeira vez que Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro foram chamados, pelo DC, de Dutra e Góis, respectivamente. Encontramos essas nomenclaturas em edições pouco anteriores à de 2 de agosto.

<sup>18</sup> DIÁRIO CARIOCA. 4 ago. 1945, p. 1. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092\\_03&PagFis=21429](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&PagFis=21429)>. Acesso em 23/09/2015.

Mais alguns anos e, na década de 1950, Juscelino Kubitschek vira JK, iniciativa atribuída a Pompeu de Sousa pelo ex-colega Armando Nogueira (MENDEZ, 2006; COSTA, 2011). “Até então”, lembra Mário da Cunha, outro que foi do DC, “os jornais só publicavam ‘O Presidente Juscelino Kubitschek’” (DIÁRIO CARIOCA, 2003, p. 87).

A ousadia, é verdade, levou a experiências que não funcionaram. Para reduzir o tamanho de um título, a palavra “assembleia” virou “assem.”, abreviatura indecifrável pelo leitor de hoje, bem como pelo de décadas atrás, tanto que terminou abandonada (MACHADO, 2003). Em 28 de junho de 1951<sup>19</sup>, espremido no pé da primeira página, à direita, um pequeno bloco de texto que tratava de Getúlio Vargas tinha o título “G.V. teve de recuar”. Uma sigla que não pegou.

Talvez por coincidência, talvez como resposta à reação ao título sobre Góis e Dutra, o Diário Carioca publicou, dois dias depois da polêmica, no canto direito da página quatro, a coluna *Cartas a um foca*, durante os dias 4 (“O primeiro parágrafo”), 7 (“Elementos da notícia”), 8 (“A arte de opinar”), 9 (“Ser exato e poupado (?)”), 10 (“Primeiro a concisão”) e 11 (“O que é notícia?”) do mês de agosto. Uma nota explicativa se fez presente nos seis dias e adiantava o assunto: “Numa terra em que todos se julgam jornalistas, eis uma pequena seção para discutir todos os dias os assuntos do jornalismo” (LAGE, 2004). Em *O primeiro parágrafo*, linhas antes de apresentar, de modo quase pedagógico, o lide, vinha a provocação: “Embora você saiba muito bem que de nada adianta a técnica a quem não tem vocação para o amargo mas fascinante mister do jornal, deve saber que sem técnica, meu caro, nunca se passa de foca”. Dizia o texto que, conforme a técnica norte-americana, a introdução da notícia, às vezes também o segundo parágrafo, deveria satisfazer a curiosidade do leitor e estimulá-lo a prosseguir a leitura, o que se conseguia com o uso dos cinco W e um H: “Who? What? When? Where? e frequentemente Why? – ou, em certos casos, How?”. Exemplificava: “O sr. Getúlio Vargas aceitará a sua candidatura, anunciou ontem o interventor de São Paulo, falando nos Campos Elísios’, diferente de ‘Dia a dia se acumulam as provas

---

<sup>19</sup> DIÁRIO CARIOCA. 28 jun. 1951, p. 1. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092\\_04&PagFis=8441](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_04&PagFis=8441)>. Acesso em 25/10/2015.

de que o sr. Getúlio Vargas quer mesmo ficar, de qualquer maneira’. No fim o principal, ou seja, a informação”<sup>20</sup>.

No dia 9, eram criticados os chavões da época, em que se escrevia “ilustre progenitora” em vez de “mãe”, “pequena multidão” e “impressionante desastre” para dizer que a mãe de um funcionário classe J escorregou na escada e juntou gente para ajudá-la a levantar-se” (LAGE, 2004, p. 143). As colunas foram assinadas por um certo João Manoel. Um pseudônimo, talvez. De Danton? De Pompeu? Ana Paula Goulart Ribeiro (2011) opina que tenha sido o segundo. Na coluna já constavam, de acordo com ela, os elementos mais importantes do manual elaborado cinco anos depois. Entre eles, recomendações quanto ao texto: “clareza, precisão, concisão, simplicidade, objetividade e imparcialidade” (2011, p. 151).

As mudanças no DC são percebidas na medida em que amadurecia a reforma, no decorrer das muitas edições. Em julho de 1950<sup>21</sup>, com o *stylebook* vigente, a notícia a respeito da vitória da seleção brasileira sobre a espanhola – que dava ao anfitrião vaga para disputar a final do torneio, três dias depois –, de primeira página, intitulada “No Estádio Com 200 Mil Pessoas e 50 Mil de Fora Assistiram à Maior Vitória da Copa do Mundo”, com as palavras iniciadas em maiúsculo, só fazia menção ao resultado do jogo na legenda da foto, “O ‘goal’ de Jair, segundo dos seis”. O primeiro parágrafo da matéria se iniciava com um lide raso, se existente:

Pouco antes do meio-dia, quando as primeiras casas comerciais cerravam as portas, o Estádio Municipal começou a ser invadido. Pelos que tinham ingresso e pelos que não tinham. Os primeiros querendo um bom lugar. Os outros querendo apenas um lugar.

O placar seria informado de forma objetiva só em outro texto, na última página da edição. O lide se fazia presente:

Por 6 a 1 o Brasil venceu a Espanha no jogo de ontem no Estádio Municipal em disputa do Campeonato Mundial de Futebol. Sem dúvida o marcador traduziu nitidamente o amplo domínio técnico da seleção nacional sobre a ‘Fúria’ [...].

<sup>20</sup> DIÁRIO CARIOCA, 4 fev. 1945, p. 4. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092\\_03&PagFis=21432](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&PagFis=21432)>. Acesso em: 23/09/2015.

<sup>21</sup> DIÁRIO CARIOCA, 14 jul. 1950, p. 1. Disponível em <[http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092\\_1950\\_06763.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1950_06763.pdf)>. Acesso em: 24/09/2015.

Em abril de 1955, também na primeira página<sup>22</sup>, o título da notícia “Que fará na Câmara o 1o. compositor popular deputado” veio em caixa baixa, e o lide, em negrito, que segue:

Pela primeira vez na história republicana do Brasil, um compositor de nossa música popular ocupa uma cadeira na Câmara Federal: é ele Humberto Teixeira, o lançador do baião (“Eu vou mostrar prá vocês como se dança o baião”), 1.º suplente de deputado da bancada do Partido Social Progressista, com 11 mil sufrágios conquistados em três meses de campanha eleitoral no Ceará.

O sublide, sem o negrito, complementava:

Assumi Humberto Teixeira a vaga do deputado Esmerino Arruda, que se licenciou para tratamento de saúde. Sua eleição se assentou em dois valores legítimos, sinceridade e baião.

Em 21 de abril de 1960, passados dez anos do início da reforma do Diário Carioca, o tal elemento sentimental e o aspecto sugestivo e suscetível de interessar o leitor, capazes de frear a soberania do lide, emergiam na manchete principal da primeira página, pelas letras em negrito de palavras romanceadas<sup>23</sup>:

Num ambiente de grande vibração, que raiava pelo delírio, Brasília, a nova Capital do país, foi inaugurada à zero hora de hoje. No exato instante em que os ponteiros se encontraram, assinalando a hora neutra do nascimento de um novo dia, caía uma chuvarada sobre a cidade. Não obstante, foram acesas todas as luzes e refletores do Exército varreram o céu do Planalto, em várias direções, e banharam de luz a fachada dos grandes edifícios públicos.

A concisão, porém, retornou em uma nota naquela mesma página:

O deputado Clóvis Pestana foi atropelado esta manhã numa das ruas de Brasília, sofrendo forte pancada na cabeça. Apesar de medicado, o parlamentar continuou a sentir perturbações, o que provocou suspeita de ter sido vítima de fratura do crânio. Esta tarde providenciava-se transporte para levar de volta ao Rio o ex-ministro da Viação.

A edição sobre a fundação de Brasília, a propósito, trazia, à direita do nome do jornal, o *slogan* que lhe era característico: “O Máximo de Jornal no Mínimo de Espaço”.

<sup>22</sup> DIÁRIO CARIOCA. 3 abr. 1955, p. 1. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092\\_04&PagFis=27713](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_04&PagFis=27713)> Acesso em 24/09/2015.

<sup>23</sup> DIÁRIO CARIOCA. 21 abr. 1960, p. 1. Disponível em <[http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092\\_1960\\_09757.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1960_09757.pdf)>. Acesso em: 24/09/2015.

Tantas mudanças – que já ocorriam, como visto, desde antes do manual – não foram bem recebidas por jornalistas afeiçoados ao velho estilo, adeptos da

linguagem panfletária, apaixonada, utilizada pela maioria dos que escreviam nos jornais brasileiros, formados na prática da redação diária, mas sem o conhecimento específico, especializado e aprimorado que o mercado editorial passaria a exigir com a indústria de comunicação de massa (MENDEZ, 2006, p. 30).

Havia inconformismo no próprio DC. Osório Borba, que estava no jornal desde a criação, em 1928, dizia que Pompeu, companheiro na Esquerda Democrática<sup>24</sup>, acabara com o uso de artigo na língua pátria:

Não existe mais o Brasil, a Argentina, é Brasil, é Argentina, só por causa da contagem de títulos. E o pior: Pompeu suprimiu os verbos por dois pontos, está criando uma outra língua, não é mais língua portuguesa, é outra coisa” (COSTA, 2011, p. 227).

O dramaturgo Nelson Rodrigues, embora amigo de Pompeu desde 1943 (MENDEZ, 2006), ano em que encenou *Vestido de noiva*, condenou-o em uma crônica intitulada *Os idiotas da objetividade*<sup>25</sup>, publicada em 22 de fevereiro de 1968, em *O Globo*. Na época, já estavam brigados, porque, jornalistas que eram, possuíam credencial que dava acesso ao campo de futebol, outra paixão de Nelson, e este, que havia perdido o próprio documento, emprestou a credencial de Pompeu a alguém e também acabou perdendo-a. O desentendimento que se seguiu ao descuido com o documento alheio separou-os (MENDEZ, 2006). “Ele não me perdoava”, disse Pompeu, “por eu ter suprimido dos títulos o ponto de exclamação” (MELLO E SOUZA *apud* DIÁRIO CARIOCA, 2003, p. 103). A explicação: “Ele jamais entendeu [a filosofia da reforma], porque é jornalista daquela moda antiga” (ANDRADE, MACHADO e AZEDO *apud* MENDEZ, 2006, p. 90). A crônica era enfática:

Sou da imprensa anterior ao *copy desk*. [...] Escrevia na véspera e no dia seguinte via-se impresso, sem o retoque de uma vírgula. Havia uma volúpia autoral inenarrável. E nenhum estilo era profanado por

<sup>24</sup> Partido criado em 1945, ao fim do Estado Novo, por João Mangabeira, Hermes Lima, Rubem Braga, Joel Silveira, José Lins do Rego, Sérgio Buarque de Hollanda, Antonio Candido e pelo próprio Osório Borba, entre outros fundadores. Em 1947, passaria a se chamar Partido Socialista Brasileiro (PSB).

<sup>25</sup> *Os idiotas da objetividade* se reuniu a outras 79 crônicas do autor, escritas para o jornal *O Globo* entre janeiro e outubro de 1968, no livro *A cabra vadia: novas confissões*. O termo parece ter pegado: após aparecer na crítica ao copidesque de Pompeu, Nelson repetira-o 13 vezes nas crônicas seguintes àquela. A versão acessada para esta pesquisa está disponível no site <http://portalconservador.com/livros/Nelson-Rodrigues-A-Cabra-Vadia.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2015.

uma emenda, jamais. [...] Qualquer um na redação, seja repórter de setor ou editorialista, tem uma sagrada vaidade estilística. E o *copy desk* não respeitava ninguém. Se lá aparecesse um Proust, seria reescrito do mesmo jeito. [...] Sim, o *copy desk* instalou-se como a figura demoníaca da redação. Falei no demônio e pode parecer que foi o Príncipe das Trevas que criou a nova moda. Não, o abominável Pai da Mentira não é o autor do *copy desk*. Quem o lançou e promoveu foi Pompeu de Sousa. Não quero ser injusto, mesmo porque o Pompeu é meu amigo. Ele teve um pretexto, digamos assim, histórico, para tentar a inovação. Havia na imprensa uma massa de analfabetos. Saíam as coisas mais incríveis. Lembro-me de que alguém, num crime passional, terminou assim a matéria: — “E nem um govinho ornava a cova dela”. Dirão vocês que esse fecho de ouro é puramente folclórico. Não sei e talvez. Mas saía coisa parecida. E o Pompeu trouxe para cá o que se fazia nos Estados Unidos — o *copy desk*. Começava a nova imprensa. Primeiro, foi só o *Diário Carioca*; pouco depois, os outros, por imitação, o acompanharam. Rapidamente, os nossos jornais foram atacados de uma doença grave: — a objetividade. [...] o idiota da objetividade inunda as mesas de redação e seu autor foi, mais uma vez, Pompeu de Sousa. Aliás, devo dizer que o *copy desk* e o idiota da objetividade são gêmeos e um explica o outro. [...] Um exemplo da nova linguagem foi o atentado de Toneleros<sup>26</sup>. Toda a nação tremeu. Era óbvio que o crime trazia, em seu ventre, uma tragédia nacional. Podia ser até a guerra civil. Em menos de 24 horas o Brasil se preparou para matar ou para morrer. E como noticiou o *Diário Carioca* o acontecimento? [...] O *Diário Carioca* nada concedeu à emoção nem ao espanto. Podia ter posto na manchete, e ao menos

---

<sup>26</sup> Em agosto de 1954, na madrugada de quarta, dia 4, para quinta-feira, dia 5, Carlos Lacerda se despedia do major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, que lhe havia dado carona até sua residência, na rua Toneleros, em Copacabana, quando foram alvo de tiros de arma de fogo. O major, baleado no peito, morreu aquela noite. Lacerda foi ferido no pé esquerdo e revidou com tiros na direção do homem desconhecido, que fugiu. O repórter do *Diário Carioca* Armando Nogueira, morador da mesma rua, descia do carro em que estavam Deodato Maia e Otávio Bonfim, também repórteres do DC, no momento dos disparos. Armando voltou para a redação do jornal e foi orientado por Pompeu de Sousa para redigir o texto em primeira pessoa, como testemunha ocular – publicado na edição de número 8.000, na quinta-feira, dia 5 –; assim, poderia se transformar em testemunha do processo na fase de inquérito, e teria um repórter nos bastidores do processo. Pompeu colheu assinaturas e redigiu um manifesto que, além de apontar o Governo Federal como principal suspeito do crime, advertiu que não seria aceito o resultado do inquérito policial se não fosse acompanhado de perto pelos jornalistas. Pompeu foi destacado para acompanhar o inquérito; ao mesmo tempo, oficiais militares instauraram um inquérito policial militar na base aérea do Galeão para realizar sua própria investigação – a chamada República do Galeão, que teve Pompeu como o contato jornalístico dos oficiais. Acabaria incriminado como mandante do atentado o chefe da guarda pessoal de Getúlio, Gregório Fortunato. Houve pressão política, pública e de jornais, inclusive o DC e o *Última Hora*, de Lacerda, para que Getúlio renunciasse, até que, no dia 24 de agosto, o presidente, isolado politicamente e com possibilidade de ser deposto, suicidou-se. Com informações de: LAGE, Nilson. **Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. I Nº 1 - 1º Semestre de 2004; e de RIO DE JANEIRO. Secretaria de Comunicação Social. **Diário Carioca: O máximo de jornal no mínimo de espaço**, 2003. (Cadernos de Comunicação, Série Memória, Vol. 9). Pompeu teria ouvido a notícia do suicídio pelo rádio, enquanto fazia a barba. Contaria mais tarde que chorou e desde então não sentiu mais raiva de Getúlio. Sentia-se um assassino. De fato, passou a ser visto como o jornalista responsável pela morte do presidente. Com informações de MENDEZ, Rosemary Bars. **Pompeu de Sousa: o jornalista que mudou o jornalismo brasileiro**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

na manchete, um ponto de exclamação. Foi de uma casta, exemplar objetividade. Tom estrita e secamente informativo. Tratou o drama histórico como se fosse o atropelamento do Zezinho, ali da esquina. Era, repito, a implacável objetividade. E, depois, Getúlio deu um tiro no peito. Ali estava o Brasil, novamente, cara a cara com a guerra civil. E que fez o *Diário Carioca*? A aragem da tragédia soprou nas suas páginas? Jamais (RODRIGUES, 1995, p. 49-51).

*Regras de Redação do Diário Carioca* não foi uma obra definitiva. Continha “concessões ao espírito da época, que foram sendo modificadas ao longo do tempo, à medida que a evolução dos costumes ia permitindo essas mudanças” (DIÁRIO CARIOCA, 2003, p. 102). Antecederam em alguns anos, no entanto, a modernização dos principais jornais do país – alguns dos quais dariam importantes contribuições para a continuidade dessa reforma.

Em seguida a ele, Carlos Lacerda põe em cena o manual do jornal que fundara em 1949, *Tribuna da Imprensa*. Era, em síntese, o *stylebook* do DC acrescido de orientações sobre comportamento para jornalistas (CAPRINO, 2002). A reestruturação do *Jornal do Brasil* (JB) ocorreu em 1956, sob o comando de Odylo Costa Filho e Amílcar de Castro, em que ex-redatores do *Diário Carioca* foram convidados para fazer parte e contribuir com a mudança. Ao JB coube, já no contexto da grande imprensa, “herdar o texto moderno, somando a ele a diagramação arrojada” (LAGE, 2004, p. 138).

Enquanto não produziam os próprios manuais, os grandes jornais do eixo Rio-São Paulo, porta de saída do novo modelo de jornalismo para o restante do país, incorporavam, cada qual a seu tempo, algumas daquelas normas. Havia redações que disponibilizavam fichas de papel com orientações para consulta, ou eram passadas de forma oral. Segundo Eduardo Martins, em depoimento a Mônica Pegurer Caprino, quando um novato “escrevia o nome de um livro entre aspas, um antigo redator dizia assim: ‘Nós usamos negrito e não aspas para nomes de livros’. Mas isso não estava em lugar algum” (CAPRINO, 2002, p. 55). O Globo só teria um pequeno manual em 1961, que reproduzia o do *Diário do Comércio* – elaborado por Pompeu – e da *Tribuna da Imprensa*, que, como dito, também se baseava no do DC.

É notável que o *stylebook* que se tornaria “a base de todos os manuais vigentes hoje em dia em redações dos principais jornais do país” (COSTA, 2011, p. 229) tenha surgido não em uma grande redação, responsável pelo periódico mais tradicional, lido e comentado de seu tempo, redigido e impresso no maquinário mais

moderno. Pompeu, em verdade, o elaborou e o pôs em prática em um jornal que, apesar do prestígio político e da influência que exercia nesse meio<sup>27</sup>, era pequeno, de baixa tiragem e circulação, e vendia pouco (COSTA, 2011) – ao menos não tanto como o Correio da Manhã, O Globo e o Jornal do Brasil, de acordo com José Ramos Tinhorão (COSTA, p. 466).

A despreocupação de Horácio de Carvalho Júnior, então dono do mal gerido Diário Carioca (LAGE, 2004), em pagar os funcionários era tão comum quanto cômica. José Louzeiro, ex-jornalista do DC, não economiza: “nenhum jornal da época atrasava tanto o pagamento” (DIÁRIO CARIOCA, 2003, p. 77). De acordo com Armando Nogueira, passavam-se meses, e nada do dinheiro. “Ou então pagava com colchão de molas, batedeira elétrica. [O jornal] Fazia uma permuta com a publicidade e recebia os produtos. Consequentemente, o salário vinha em bens” (COSTA, 2011, p. 487). Ferreira Gullar, por exemplo, deixou o DC por estar “cansado de pegar vale” (COSTA, 2011, p. 437), e mesmo Luiz Paulistano, importante como fora na reestruturação do periódico, deixaria, pela falta de pagamento, a redação em 1958 (COSTA, 2011).

Em 1960, Milton Coelho da Graça, com quatro meses de salário atrasado, sem dinheiro para pagar o parto da mulher e sem ainda ter visto a filha, já com cinco dias de vida, pois o hospital só permitia a entrada do pai ou a saída da mãe depois do acerto com a tesouraria (DIÁRIO CARIOCA, 2003), chegou ao extremo de se atirar ao chão com esperanças de sensibilizar o jornal, o que não aconteceu; coube a um colega apiedado lhe dar algum dinheiro (COSTA, 2011). No entanto, passadas décadas do fechamento do DC, o pai enfurecido reconhece que, caso o antigo jornal retornasse, estaria ele também de volta àquela redação. Justifica-se: “Porque o *Diário Carioca* foi uma instituição única no jornalismo de nossa cidade. Em nenhuma outra redação viveu-se tal clima de bom humor, dedicação e total carioquismo” (DIÁRIO CARIOCA, 2003, p. 90-1).

A veia cômica segundo Graça:

---

<sup>27</sup> Cecília Costa, no livro *Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira*, comenta que o fundador do jornal, Macedo Soares, havia sido o maior jornalista político de sua época. Foi deputado federal (1915-1923) e senador (1935-1937), ambos pelo estado do Rio, e participou da elaboração da Carta Constitucional de 1934. Embora o tenha vendido ao amigo Horácio de Carvalho Júnior, continuou ligado ao DC. Com informações de COSTA, Cecília. **Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. 504 p. : il. (Cadernos da Biblioteca Nacional).

Um grande vazamento na calçada, bem diante da porta do edifício do jornal, foi a principal notícia da primeira página, com foto em quatro colunas mais título e texto veementes de condenação à Prefeitura. No mesmo dia uma equipe apareceu para resolver o problema e o responsável, com um certo constrangimento, mas sorridente, explicou: “Foi uma obra que vocês estão fazendo aqui no jornal que furou o cano” (DIÁRIO CARIOCA, 2003, p. 91).

Em depoimento no livro *Diário Carioca: o máximo de jornal no mínimo de espaço*, José Ramos Tinhorão adverte que a “revolução” na imprensa carioca pode parecer ter sido liderada por teóricos do jornalismo, os quais exporiam elevados princípios a alunos, que, por sua vez, tentariam aplicá-los na prática da comunicação escrita – um ambiente de intensa seriedade acadêmica (DIÁRIO CARIOCA, 2003, p. 81-83).

Nada mais ilusório. Aliás, se se pudesse contrariar um pouco uma das regras básicas do *style book* – ‘evitar palavras chulas e expressões de gíria’ – não seria impróprio dizer que todo aquele trabalho coletivo de reformulação da linguagem jornalística transcorria num clima de autêntica esculhambação. [...] Tudo se passava num clima muito brasileiro de bagunça organizada, em que regras eram de fato aplicadas, mas sem desprezo das exceções que viessem atender a exemplos de atrevimento criativo.

Ao noticiar o espancamento e o assalto a um operário, em junho de 1949, uma notícia alertava: “Não passe nas proximidades da Casa da Moeda”, seguida do subtítulo, “O operário Manoel quis saber porque e soube”<sup>28</sup>.

Nilson Lage:

A juventude da redação transbordava em um humor por vezes lírico, por vezes quase pornográfico. Em um dia em que um grande acidente ocorrera na cidade e o noticiário internacional dava conta do iminente perigo de guerra nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética – a primeira página cheia de notícias sombrias –, um telegrama da *France Press* deu a manchete do alto, em corpo claro: “Nasce uma flor no Pólo Sul”. Um *press release* do Ministério da Agricultura transformou-se em uma notícia que começava assim: “O Brasil introduzirá brevemente sua banana no Canadá, anunciou o Serviço de informação Agrícola. A banana brasileira entrará nas costas canadenses pelo porto de Vancouver... (LAGE, 2004, p. 141).

A nova visão de se fazer jornalismo, que originou ferramentas como lide, sublide, pirâmide invertida e copidesque, chegaria ao Brasil em algum momento, independente do Diário Carioca (RIBEIRO, 2003), tivesse Pompeu de Sousa pulado

<sup>28</sup> DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 19 jun. 1949. p. 12. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092\\_03&PagFis=37178](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&PagFis=37178). Acesso em 24/09/2015.

aquele carnaval em lugar de ter produzido o folheto. A informação condensada, que pode ser consumida “no caminho para o trabalho ou num curto intervalo de descanso” (MACHADO, 2003, p. 8), seria uma exigência da moderna sociedade industrial brasileira e seu ritmo corrido. No entendimento de Machado, “ter aparecido primeiro no Diário Carioca foi resultado de uma situação histórica, ou seja, consequência do tom irreverente que o jornal trazia de berço e da abertura às novidades. Importante também era o fato de Horácio de Carvalho Júnior [...] ser mais boêmio que empresário”, de modo que “não se opunha às mudanças editoriais que implicavam, afinal, grandes riscos” (2003, p. 7).

O manual de redação foi um dos fatores que estabeleceu critérios os quais, embora ainda básicos e aprimoráveis, viabilizaram a produção em série de textos conforme a lógica industrial, bem como a rápida compreensão das mensagens – esta, devido à simplificação do código linguístico (RIBEIRO, 2003). Isso não seria possível, para Ana Paula Ribeiro (2003), sem a padronização da linguagem, a diagramação arrojada, a sistematização raciocinada dessas regras e seu emprego disciplinado, os quais tiveram início sobretudo com *Regras de Redação do Diário Carioca*. Além do corte de gastos – pela eliminação de desperdício de mão-de-obra e de material – e da maior rapidez de impressão – devido à padronização de tipos e à contagem de caracteres de títulos –, tais normas facilitaram o entendimento das notícias pelos leitores, democratizaram o acesso à informação e permitiram que uma maior audiência fosse alcançada pelos jornais, agora menos partidários e mais neutros e imparciais (RIBEIRO, 2003).

Nos Estados Unidos, a transformação técnica da imprensa aconteceu ao mesmo tempo em que surgiam os conglomerados jornalísticos (RIBEIRO, 2003). Já no Brasil, a modernização dos jornais ocorreu antes do surgimento de conglomerados: a transformação técnica foi o mecanismo que instituiu o declínio da produção artesanal de notícias e possibilitou o aparecimento de grandes empresas jornalísticas.

Ribeiro (2003) afirma que as ideias modernas influenciavam há tempos os jornalistas “na forma como eles se viam e entendiam a profissão”:

A reforma do jornalismo brasileiro, iniciada no Rio de Janeiro, está geralmente associada a empresas como o *Diário Carioca*, a *Tribuna da Imprensa*, a *Última Hora* e o *Jornal do Brasil* e a nomes como Pompeu de Souza, Luís Paulistano, Amílcar de Castro, Jânio de Freitas, Alberto Dines, Samuel Wainer e alguns outros. No entanto,

ela não pode ser entendida apenas como obra de alguns visionários, alguns gênios revolucionários que, da noite para o dia, resolveram mudar o jornalismo nacional. As reformas, sem dúvida, foram algo que passou necessariamente pela ação individual de cada um desses personagens e de cada uma dessas empresas, mas que ao mesmo tempo os transcendeu, na medida em que apontavam para características estruturais da sociedade brasileira e do jornalismo como prática social (RIBEIRO, 2003, p. 153-156).

Esse processo de reformulação da imprensa brasileira não esteve, para Mendez (2006, p. 16), “ligado apenas aos equipamentos introduzidos nas redações dos jornais, agilizando a impressão dos periódicos, por exemplo. Essas modificações aconteceram porque homens da imprensa passaram a ter uma nova visão sobre o fazer jornalístico”.

### 3 POMPEU NA DÉCADA DE 1940

Neste capítulo, recorreremos a Mendez (2006) para abordar a experiência de Pompeu de Sousa nos Estados Unidos. Obras secundárias – Sponholz, 2008; Franzolin, 2011; Costa, 2011; David e Caetano, 2012 – contextualizam essa passagem.

Ribeiro (2003) e Mendez (2006) também foram aproveitados para tratar das transformações da carreira jornalística a partir do surgimento dos primeiros cursos superiores na área no Brasil. Ainda colaborou Moura (2002) e o testemunho de Nilson Lage, *À frente, o passado*, publicado, em 2002, no livro *Formação superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade*, de organização da Federação Nacional dos Jornalistas, bem como a leitura de decretos presidenciais que deram origem a esses cursos.

#### 3.1 A influência norte-americana

Pompeu de Sousa chegou no *Diário Carioca* com 22 anos de idade, em maio de 1940, onde passaria os próximos 21, até se demitir, em agosto de 1961. Vinha do jornal *Meio-Dia*<sup>29</sup>, seu primeiro emprego, o qual deixou em 1940, por ter o jornal passado a ser favorável aos alemães (MENDEZ, 2006). No *Diário*, antes de ser contratado, em junho, ficou responsável pela coluna *A Guerra Dia a Dia*, publicada pela primeira vez em 21 de maio de 1940. Nela, orientado por Danton Jobim, fazia um resumo das principais informações de agências de notícias internacionais relacionadas às operações militares (MENDEZ, 2006). Embora a pirâmide invertida ainda demorasse anos para ser adotada como padrão pela imprensa brasileira nos textos nacionais, esse formato de escrita era utilizado por agências estrangeiras e, desse modo, estava presente nos jornais do país, segundo Liriam Sponholz (2008), desde pelo menos a década de 1930. Entre as agências

---

<sup>29</sup> O *Meio-Dia* foi fundado por Joaquim Inojosa em 1939 e seu primeiro número circulou em 1º de março daquele ano. Teve como colaboradores Oswald de Andrade, com as colunas “Banho de Sol” e “De Literatura”, Jorge Amado, responsável pela página “Letras-Artes-Ciências”, e Joel Silveira. A última edição circulou em outubro de 1942, devido à orientação pró-Eixo que assumiu a partir de 1940, o que afastou colaboradores e criou problemas com o Departamento de Imprensa e Propaganda e o Conselho Nacional de Imprensa. Com informações de FRANZOLIN, João Arthur Ciciliato. **Joaquim Inojosa e o jornal Meio-Dia (1939-1942)**. In: ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

que enviavam notícias ao Brasil, estavam as norte-americanas *United Press* e *Associated Press*. Para Mendez (2006, p. 66), a coluna, além de apresentar a Pompeu grande número de informações, todos os dias, escritas no formato da pirâmide invertida, despertou no novato “a sensibilidade do editor que burilava o texto jornalístico para deixá-lo mais fluente para os leitores”.

A coluna da qual Pompeu era responsável substituíra outra, *Situação Mundial*, editada por Danton Jobim. Menos de oito meses após a estreia, em 15 de dezembro de 1940, *A Guerra Dia a Dia* foi encerrada por ordens do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), pois a coluna fazia críticas implícitas ao Estado Novo (MENDEZ, 2006). Logo se tornaria editor de internacional no DC, chamado na época de Serviço Telegráfico. Mas, em 1942, Pompeu seria indicado para ir aos Estados Unidos pelo próprio DIP – segundo Mendes (2006), manobra realizada para afastá-lo do país –, a convite do *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*<sup>30</sup> (OCIAA). O objetivo dessa agência, ligada ao Conselho de Defesa Nacional dos EUA, era divulgar a cultura, ideologia e modo de vida norte-americanos na América Latina e, com isso, combater a propagação do pensamento e de produtos alemães. Houve intercâmbio sustentado pelo OCIAA, que alcançou diversos setores, como o dos profissionais da imprensa; participaram, por exemplo, Danton Jobim, Samuel Wainer e Alberto Dines. A área da comunicação tinha grande foco, sobretudo o rádio, que massificava a informação. Aparelhos de rádio foram vendidos no Brasil a preço baixo, com a intenção de facilitar a difusão de programas radiofônicos direcionados à América Latina, que divulgavam o estilo de vida dos EUA e faziam críticas aos países do Eixo (MENDEZ, 2006). O governo dos Estados Unidos passou a investir muito dinheiro na imprensa latino-americana, a exemplo das viagens patrocinadas àquele país (DAVID e CAETANO, 2012). O investimento com propaganda em jornais brasileiros multiplicou cinco vezes em quatro anos, e passou de U\$\$ 4 milhões em 1941 para U\$\$ 20 milhões em 1945 (MENDEZ, 2006). “Roberto Pompeu de Sousa Brasil, ainda jovem, deixou-se envolver pelo espírito conquistador dos Estados Unidos e participou das ações patrocinadas pelo DIP” (MENDEZ, 2006, p. 48).

---

<sup>30</sup> No ano seguinte, passaria a se chamar *The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA). Com informações de DAVID, Hadassa Ester e CAETANO, Márcia. **O modelo norte-americano de rádio no Brasil: a disseminação das técnicas jornalísticas durante a Segunda Guerra Mundial**. Revista Iniciacom – Vol. 4, N° 1 (2012).

O jornalista chegou ao país em dezembro de 1941, um período tumultuado. Dias antes os japoneses haviam atacado Pearl Harbor, no mês seguinte o Brasil rompeu a diplomacia com a Alemanha, a Itália e o Japão, e em agosto declarou guerra ao Eixo (MENDEZ, 2006; DAVID e CAETANO, 2012). Lá permaneceria por 22 meses, até outubro de 1943.

A primeira coisa que fiz no hotel, onde passei uma temporada até procurar apartamento, foi determinar que pusessem na minha porta, todas as manhãs, o *New York Times*, que eu lia com dificuldade, adivinhando um pouco, no princípio, o conteúdo das matérias. Mas, como eu queria saber das coisas, fui insistindo. Posso dizer que aprendi inglês lendo jornal, sobretudo o *New York Times*. Depois passei a ler jornais mais populares, o *Daily News*, o *Daily Mirror* (1978 *apud* COSTA, 2011, p. 205).

Pompeu de Sousa começou os trabalhos em fevereiro de 1942, para a Divisão de Rádio do DIP, atuando na NBC (National Broadcasting Company) e CBS (Columbia Broadcasting System) (MENDEZ, 2006). Nas noites de segunda a sábado, participava do noticiário *Brazilian News Broadcast*, ao lado de Júlio Barata, Raymundo Magalhães e Orígenes Lessa, ligados ao DIP. Também fez parte do *Daily Brazilian Review*, em que eram discutidas as notícias da semana, e produziu os programas *Este é o nosso inimigo*, *Estamos em guerra*, *O Canto das Américas*, que tocava músicas norte-americanas, e *Radioteatro das Américas*, que era semanal e tratava da atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (MENDEZ, 2006).

Ao voltar para o Brasil, trabalhou um período na rádio Cruzeiro do Sul, onde noticiou os acontecimentos de guerra, e retornou para o Diário Carioca, em que esteve licenciado.

Tudo foi bem mais devagar e gradual do que se imagina, porque, já em 1944 e 1945, Pompeu estava dando seu toque pessoal ao noticiário internacional, a partir do que havia visto e lido, em seu corrido dia a dia em Nova York. Mas a reforma anunciada para o público só viria a ocorrer mesmo em 1950 (COSTA, 2011, p. 206).

### **3.2 Universidade do Brasil e ensino de Jornalismo**

Quando o primeiro curso superior de Jornalismo da capital da República – então Rio de Janeiro – foi criado, em 1948, na Universidade do Brasil<sup>31</sup> <sup>32</sup>, a profissão era, e seria por muitos anos, aprendida na prática, de maneira improvisada, sem base teórica anterior ou aplicação metódica de técnicas de escrita. Grandes jornalistas se formaram nessa escola intuitiva – em verdade, todos até então. Entretanto, ainda que houvesse “uma elite de profissionais, formada principalmente nas faculdades de Direito”, de acordo com Ribeiro (2003, p. 152),

a grande maioria era mal preparada, não tendo sequer concluído o ensino médio. São comuns, nos depoimentos da época, reclamações a respeito do baixo nível intelectual dos repórteres. Muitos não sabiam redigir, apesar de dominarem as técnicas de apuração e investigação.

O surgimento do ensino superior de Jornalismo<sup>33</sup> foi fundamental no processo de profissionalização dos jornalistas (RIBEIRO, 2003). Além do texto deficiente, o amadorismo da profissão acarretava uma série de desordens que tinham reflexo na qualidade da informação divulgada, como relatou Nilson Lage (2002) em artigo publicado no livro *Formação superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade*:

Do ponto de vista formal, havia uma multidão de jornalistas, com carteiras funcionais de sindicatos (o verdadeiro e os fantasmas), de associações existentes e inexistentes, de veículos reais ou fictícios [...]. Ser ou ter sido jornalista significava, para empresários, acadêmicos e profissionais liberais, um título acrescentado a seus

<sup>31</sup> A Universidade do Brasil foi criada no dia sete de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Reorganizada em 1937, passou a se chamar Universidade do Brasil e, em 1965, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As informações estão no site da instituição: [www.ufrj.br](http://www.ufrj.br). A Lei nº 452, que a reorganizou, teve o intuito de torná-la o padrão nacional de ensino superior no país. O projeto centralizador da Universidade do Brasil desconstruiu iniciativas promissoras, como a Universidade do Distrito Federal, de Anísio Teixeira, criada em 1935 e extinta em 1937, para dar lugar à Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil. As informações estão no site <https://cpdoc.fgv.br>.

<sup>32</sup> A segunda universidade da capital a ofertar o curso superior de Jornalismo foi a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1951. A informação se encontra em RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 147-160.

<sup>33</sup> Em 1908, no ato de instalação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), surgiu proposta de criação de um curso superior na área; o projeto foi elaborado em 1915 e aprovado em 1918, mas não se concretizou. Em 1935, houve indícios de tentativa de implantação de uma cátedra de Jornalismo na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, o que caracterizaria um curso superior na área. As escolas profissionalizantes de jornalismo tiveram autorização para serem criadas em 30 de novembro de 1938, por meio do Decreto-Lei nº 910 – o mesmo que estabeleceu a primeira regulamentação profissional. O Jornalismo como curso superior foi instituído em 13 de maio de 1943, com o Decreto-Lei nº 5.480, para ser ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, mas só seria regulamentado em 6 de dezembro de 1946, pelo Decreto nº 22.245. Com informações de MOURA, Cláudia Peixoto de. **O Curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

currículos; para estelionatários, bicheiros, proxenetas e marginais de todo tipo, o direito, principalmente, à prisão especial (quem já viu um xadrez de delegacia brasileira sabe o quanto isso é importante); para pequenos vigaristas e espertalhões, o poder de dar carteiradas em boates, bares, nos casos de intervenção eventual do policiamento ostensivo etc. [...] A profissão tinha, assim, dois níveis: a dos jornalistas de verdade e a dos falsos jornalistas. E duas categorias éticas: os que viviam de salários pagos pelos veículos ou trabalhavam efetivamente em dois ou três empregos [...]; e os que desenvolviam seu próprio negócio, associando-se a bandidos ou policiais-bandidos, intermediando o acesso a verbas oficiais, descobrindo segredos das pessoas para chantageá-las. [...] A pressão dos profissionais decentes para obter a qualificação da categoria em nível superior [...] vinha crescendo lentamente, à medida que se tomava consciência de quanto o sistema propiciava todo tipo de distorção na informação jornalística (LAGE, 2002, p. 59-61).

O curso da Universidade do Brasil foi o segundo do país; o primeiro surgira somente um ano antes, em 1947, por iniciativa de uma instituição paulista, Fundação Casper Líbero, que fez convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e lançou o Curso Superior de Jornalismo<sup>34</sup> (MOURA, 2002), cuja aula inaugural se deu em março daquele ano e a primeira turma se formou em abril de 1950 (MENDEZ, 2006).

Em 1949, ano seguinte à abertura do curso da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil<sup>35</sup>, dois jornalistas do alto escalão do Diário Carioca foram convidados para ministrar a única disciplina prática da grade, Técnica do Jornal e do Periódico<sup>36</sup>: o diretor do jornal, Danton Jobim, que seria o professor catedrático, e Pompeu de Sousa<sup>37</sup>, chefe de redação e, a partir de então, professor assistente (MENDEZ, 2006).

---

<sup>34</sup> Em 1958, o curso tornou-se autônomo e passou a se chamar Escola de Jornalismo Casper Líbero. A informação se encontra em MOURA, Cláudia Peixoto de. **O Curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

<sup>35</sup> A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, instituída pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, que também criou a Universidade do Brasil, passou a se chamar Faculdade Nacional de Filosofia em 4 de abril de 1939, com o Decreto-Lei nº 1.190. Compreendia seções de filosofia, ciências, letras, pedagogia e didática. Ambos decretos estão disponíveis no site [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

<sup>36</sup> A informação de que os dois jornalistas ministraram essa disciplina é trazida por Rosemary Bars Mendez, na tese *Pompeu de Sousa: o jornalista que mudou o jornalismo brasileiro*, com base no programa do curso em 1958. A constatação de que era a única disciplina prática do curso é nossa. O nome da disciplina informado pela autora diverge do que consta no Decreto nº 22.245, que regulamentou o curso de Jornalismo da Universidade do Brasil. Nesse decreto, a disciplina se chama Técnica de Jornalismo. Optamos, neste trabalho, por manter o nome informado por Mendez.

<sup>37</sup> Anos mais tarde, em 1963 (embora, em 1962, já houvesse inaugurado o curso de Jornalismo no curso-tronco de Letras), criou, na recém-fundada Universidade de Brasília, a Faculdade de Comunicação de Massa, composta por três habilitações: Escola de Jornalismo, Escola de Publicidade

Na estrutura curricular do curso, disciplinas culturais predominavam sobre as técnicas<sup>38</sup> – estas, a propósito, no início do curso, se resumiam à que foram ministradas por Danton e Pompeu, ensinada em três períodos. Em 1958, após dez anos de inaugurado, das 24 disciplinas constantes na grade curricular, apenas três eram práticas – Radiojornalismo, Técnica de Periódico e, lecionada em três períodos, Técnica de Jornal –, em meio a matérias como Psicologia Social, História das Artes, Política e Administração Pública, Introdução à Educação e mesmo Criminologia (MENDEZ, 2006).

A integração forçada pela lei dos cursos de Jornalismo às Faculdades de Filosofia imprimiu à formação dos futuros militantes da imprensa e do rádio uma orientação sobretudo teórica e histórica. Preparavam-se antes homens de letras, eruditos e estilistas da pena do que homens de imprensa (BELTRÃO *apud* Mendez, 2006, p. 79).

O aluno da graduação em Jornalismo da Universidade do Brasil estudava – conforme a grade de 1958, que pouco diferia da que inaugurou o curso – a disciplina Português e Literatura da Língua Portuguesa ao longo dos três primeiros anos, e Literatura Contemporânea, no quarto e último ano. O currículo, portanto, reproduzia o pensamento da época, de que “o jornalismo era um subproduto das belas artes”, ou conforme a definição de Alceu Amoroso Lima, citada por Ribeiro (2003, p. 147), “literatura sob pressão”. Afinal, o jornalismo, enquanto a atividade mais próxima da literatura e que, naquele tempo, ainda permitia a licença poética, era natural ser exercido por escritores (Ribeiro, 2003).

Quanto ao material didático, inclusive livros, é precisamente inexistente. Os professores levam eventualmente seus alunos a redações e oficinas de jornais, onde lhes mostram o material usado no trabalho de rotina. Como os regentes de disciplinas técnicas são jornalistas, lhes é fácil levar às aulas algum material, como papel padronizado, para jornais, papel centimetrado para espelhos, régua

---

e Propaganda e Escola de TV, Rádio e Cinema. Com informações de <<http://fac.unb.br/component/content/?view=featured>>.

<sup>38</sup> O curso, quando inaugurado, possuía três anos de duração, e os períodos não eram semestrais como hoje, mas anuais. No primeiro ano, a grade era composta por: Português e Literatura; Francês ou Inglês; Geografia Humana; História da Civilização; Ética e Legislação de Imprensa; e Técnica de Jornalismo. No segundo ano: Português e Literatura; Sociologia; Política; História do Brasil; História da Imprensa; e Técnica de Jornalismo. No terceiro ano: Português e Literatura; Psicologia Social; Economia Política; Noções de Direito; Organização e Administração de Jornal; e Técnica de Jornalismo. Em cada ano letivo ainda teriam de ser cursadas duas disciplinas optativas, entre Introdução à Filosofia; História Contemporânea; História da América; História das Artes; História da Música; Direito Constitucional; Direito Administrativo; Educação Comparada; e Estatística. Como parte da disciplina Técnica de Jornalismo, o aluno ainda deveria fazer estágio obrigatório em alguma organização jornalística. O Decreto nº 22.245, que regulamentou o curso, está disponível no site [www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br).

de medidas gráficas, fotografias e negativos, catálogos de tipos etc. Os alunos se servem de apostilas elaboradas por eles mesmos, com apanhado taquigráfico das aulas, porque é paupérrima, praticamente inexistente, a literatura do ensino jornalístico em português (JOBIM *apud* MENDEZ, 2006, p. 81).

Ali, Pompeu, o assistente, e Danton, o catedrático, autônomo na elaboração do conteúdo e na maneira de lecionar, planejavam esculpir nos alunos, pedras brutas, não o nariz de cera, função que a própria imprensa da época realizava, mas o jornalismo em que ambos acreditavam, objetivo, conciso, informativo – rosto que o Brasil pouco conhecia. Esse modelo vinha dos Estados Unidos, onde estiveram na década de 1940. Pompeu de Sousa, contudo, se demitiria em 1951: “aquilo não era um curso de Jornalismo, não era Faculdade de Filosofia e aquilo não era Universidade. Não se estudava, não se pesquisava, enfim não se renovava o saber” (POMPEU; 1986 *apud* MENDEZ).

A docência pode ter sido o pavio que deu origem às *Regras de Redação do Diário Carioca*. Ensinar sem material didático no país exigiu recorrer a autores estrangeiros e estudar as técnicas já codificadas, pois “não era suficiente mais aquela forma intuitiva como eu [Pompeu] tinha aprendido jornalismo” (DUARTE *apud* MENDEZ, 2006, p. 82-3). Para estar apto a lecionar de maneira sistemática, o professor Pompeu adquiriu manuais de redação e livros sobretudo norte-americanos. Fez duas constatações: “uma grande quantidade de material didático sobre jornalismo e algo que os americanos tinham descoberto em 1900, a *mass communication*, sobre a qual, até então, ninguém no Brasil jamais tinha falado” (POMPEU; 1987 *apud* MENDEZ, 2006, p. 82-3).

No carnaval de 1950, de folga na Universidade do Brasil e no *Diário Carioca*, que esteve paralisado durante as festividades, Pompeu, fundamentado na experiência de dez anos como jornalista, distribuídos na redação diária e nas rádios norte-americanas, além das muitas leituras de periódicos daquele país, fez uma adaptação para a realidade da imprensa brasileira da cerca de meia dúzia de manuais dos Estados Unidos que tinha em mãos (MENDEZ, 2006). “Não criei nada: confrontei, via que uma coisa era interessante, outra não se aplicava ao Brasil, e assim, rejeitando uma coisa, incorporando outras, redigi o primeiro *style-book* da imprensa brasileira” (SOUZA *apud* CAPRINO, 2002, p. 52).

O copidesque veio em seguida, para fiscalizar o uso das normas pelos jornalistas. “Para implantar a nova técnica fui buscar principiantes, em vez de jornalistas viciados no velho estilo” (COSTA, 2011, p. 228). Como o hábito nas práticas tradicionais do jornalismo brasileiro causaria dificuldade em absorver, compreender e aplicar com um mínimo de rigidez a filosofia do manual, Pompeu aproveitou poucos jornalistas com experiência para incorporá-lo (DIÁRIO CARIOCA, 2003). No entanto, um deles, Luiz Paulistano, que já estava no DC quando Pompeu lá chegou, em 1940, ficou responsabilizado pela implantação do copidesque.

À época chefe de reportagem, Paulistano recrutou pessoas com pouca ou nenhuma experiência profissional para aplicar o lide e a pirâmide invertida e padronizar o texto que não fosse elaborado como determinava o manual. Alguns desses jovens se envolveriam na reformulação e na elaboração de manuais dos principais jornais do país nas décadas seguintes (CAPRINO, 2002). Naqueles primeiros anos do copidesque do DC estiveram, entre outros,

Armando Nogueira, que nunca tinha entrado numa redação de jornal; Evandro Carlos de Andrade, idem; [...] Thiago de Melo, poeta sem nenhuma experiência jornalística; Ferreira Gullar; Nilson Lage [que pretendia cursar Medicina quando teve no *Diário* seu primeiro emprego]; Ary Coelho, que era professor de Química e entendia de economia; como sabia redigir, tornou-se um *copy* especializado (ANDRADE, MACHADO E AZEDO *apud* Mendez, 2006, p. 94).

Lage sobre o copidesque:

Quando [...] passei a trabalhar no *copy desk*, rapidamente descobri porque o jornal era quase todo reescrito: muitos dos repórteres, alguns com longo tempo de profissão e experiência na coleta de informações, não apenas não dominavam a técnica jornalística que estava sendo introduzida como jamais a dominariam: simplesmente não sabiam escrever. Textos chegavam com erros de regência, concordância, ortografia, às vezes contraditórios ou ininteligíveis (LAGE, 2002, p. 58-9).

Como afirmam Ribeiro (2003) e Machado (2003), a reforma da imprensa brasileira ocorreria em algum momento. Não se sabe se, caso não tivesse aceito lecionar, Pompeu teria elaborado o famoso manual naquele começo de década, ou se tal atrevimento teria surgido pelas mãos de outro. Contudo, o ensino, a transmissão de saberes, pode ter sido determinante para tudo acontecer.

## 4 UM ESTUDO EMPÍRICO DO TEXTO JORNALÍSTICO NOS ANOS 1950

Neste capítulo, apresentamos uma análise com o embasamento científico da verificação empírica de periódicos cariocas dos anos 1950. Nosso objetivo foi checar como ocorreu o surgimento de elementos modernizantes e o desaparecimento de elementos considerados ultrapassados, bem como em que grau o *Diário Carioca* protagonizou essas mudanças.

Consideramos elementos modernizantes do jornalismo na década de 1950 os seguintes fatores, elencados pelos autores Caprino (2002), Costa (2011) e Lage (2004):

- A incorporação do lide, em substituição ao nariz de cera e à narrativa cronológica;
- A adoção da pirâmide invertida na produção do texto;
- O uso de dois pontos, travessão, ponto e vírgula, siglas e abreviaturas em títulos, subtítulos e retrancas;
- A prevalência de notícias nacionais em detrimento de notícias internacionais;
- A presença de elementos visuais (fotos, caricaturas, charges e outras artes); apesar da utilização de imagens serem positivas, consideramos como outro avanço a substituição de fotos de perfil e de perfis desenhados por fotografias mais trabalhadas (imagens do acontecimento, reunião, local do crime ou do acidente, etc);
- O aparecimento de chamadas e, com elas, o fim tanto da interrupção de textos na primeira página como da publicação de textos inteiros nessa página;
- A redução de adjetivação e o término de vocabulário rebuscado ou estranho ao utilizado atualmente;
- A simplificação das formas de tratamento (fim do sr., sra., dr., etc);

### 4.1 Justificativa

O entendimento de que os anos 1950 simbolizaram um novo momento do jornalismo no Brasil se deve, de acordo com Marco Antônio Roxo da Silva (2009), a uma parcela de jornalistas que enalteceram a própria atuação e se definiram como pioneiros da transformação da imprensa – a exemplo de Pompeu de Sousa e

Samuel Wainer (fundador da *Última Hora*, em 1951). Depoimentos e estudos sobre o período teriam endossado as declarações desses protagonistas, ao destacar “o contraste das novas práticas com aquelas que caracterizaram o jornalismo até então” (Roxo da Silva, 2009: 9).

Em posicionamento análogo ao de Roxo da Silva (2009), Afonso de Albuquerque (2010) critica as pesquisas históricas na área do jornalismo, pois as vê como uma repetição sucessiva de modelos explicativos por parte dos pesquisadores. Esses modelos teriam como base a memória das personagens que vivenciaram o período estudado e a respectiva descrição oral de suas “grandes realizações”. Segundo Albuquerque (2010), a temática necessita de metodologia e teoria mais bem definidas nos trabalhos dos autores, para que não seja dado enfoque a uma só perspectiva histórica.

A reprodução sem viés crítico, por diversos pesquisadores, de “modelos interpretativos consagrados” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 101) desses momentos históricos estaria presente – afirma Albuquerque em *A modernização autoritária do jornalismo brasileiro* – na narrativa da reforma da imprensa brasileira, cuja versão mais conhecida e explorada – senão única – indica as mudanças do *Diário Carioca* como o ponto de partida dessas transformações.

As afirmações de Roxo da Silva (2009) e Albuquerque (2010) sobre como o processo de renovação da imprensa tem sido interpretado por estudiosos da área se mostram sensatas, uma vez que o referencial teórico que utilizamos para o nosso trabalho gira em torno de testemunhos e de entrevistas concedidas por profissionais que estiveram envolvidos com a reforma, e de estudos historiográficos que reforçam esses modelos explicativos, que veem o *DC* como o introdutor do lide e do copidesque, a antiga imprensa como ultrapassada, etc.

Costa (2011) e *Diário Carioca* (2003), ao contarem a história do *DC* e da atuação desse jornal na modernização da imprensa, se embasam, em parte, em depoimentos de jornalistas que trabalharam no *Diário Carioca* no período da reforma ou logo após ela.

O mesmo ocorre com Lage (2004), quando faz o perfil do *DC*, empresa da qual foi redator nos tempos da implementação do copidesque. Machado (2003) e Ribeiro (2003) fazem uso desse mesmo modelo explicativo que atribui a esse jornal o protagonismo na transformação do jornalismo no Brasil.

Mendez (2006), em sua tese, reproduz essa mesma fórmula, em que a atuação de Pompeu de Sousa é bastante destacada, e a de Danton Jobim e Luiz Paulistano (diretor e chefe de reportagem do Diário Carioca, respectivamente), embora abordada, o é com menor profundidade.

A modernização autoritária a que se refere Albuquerque (2010) é compreendida como a imposição de uma solução que seria a única maneira de se acelerar o alcance da modernidade, pois uma parcela da sociedade a perceberia, de modo temporal, como atrasada, e, de modo espacial, como periférica, em relação a outras sociedades. Aplicado esse conceito ao jornalismo, a modernização da imprensa na década de 1950 pode ser tida, de acordo com Albuquerque (2010), como autoritária devido ao jornalismo praticado no Brasil ser percebido por um grupo de profissionais como inferior ou defasado quanto ao norte-americano, e por tal reforma haver sido imposta aos jornalistas pela chefia das redações dos jornais.

O copidesque teria sido a ferramenta capaz de viabilizar esse processo, por conta da função de controle que lhe foi atribuída no Brasil. Embora inspirado no *copy desk* dos Estados Unidos, que era o local físico oriundo da divisão da sala de redação e da gráfica, em que o texto passou a ser revisado e sua composição gráfica, realizada, o copidesque brasileiro seria uma “subversão” ao original, por ter propósitos alheios aos que os norte-americanos lhe haviam dado (ALBUQUERQUE, 2010).

Em outro artigo, *Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno*, Albuquerque (2008) caracteriza a narrativa de como se deu a modernização da imprensa não como uma descrição historiográfica, mas como um relato mítico muito bem-sucedido, difundido de forma ampla no meio acadêmico: “consistentemente, os relatos existentes enfocam um mesmo elenco de personagens, descrevem um mesmo repertório de ações por eles realizadas e dão conta de um mesmo conjunto de consequências que delas teriam resultado” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 98).

A partir da hipótese de Albuquerque, o mito pode ser caracterizado pela excepcionalidade do passado e sua condição de modelo a ser seguido, pela nostalgia que a idealização desse momento histórico proporciona e pelo poder de mobilização social e política que direciona a ação da coletividade (2008). Para o autor, o aspecto excepcional encontra-se presente em diversos elementos do

discurso em torno modernização nos anos 1950, entre os quais: o ato fundador de uma nova imprensa; os responsáveis por esse gesto – Pompeu de Sousa, tido como o autor da reforma; Danton Jobim, o mentor; Luiz Paulistano, o braço direito – e a reprodução do ato em toda a imprensa; a geração de jornalistas formada pelo copidesque do DC e que difundiu a *boa nova* para os demais jornais; o carnaval, período de festa em que Pompeu organizou as *Regras de Redação do Diário Carioca*. De acordo com Albuquerque (2008, p. 102), o carnaval foi, no plano temporal, o elemento de maior destaque na caracterização do discurso da modernização do jornalismo brasileiro como mítico porque, ao elaborar o manual “em prejuízo do seu sagrado tempo de descanso e confraternização, ele [Pompeu] deu ao processo um caráter suplementar de sacrifício, o que o legitima ainda mais”.

Outro aspecto do plano temporal ressaltado pelo pesquisador foi o estabelecimento de um *antes e depois do stylebook do DC*; assim, de uma hora para outra, “todo o jornalismo que se praticava até então perde todo o seu sentido” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 102).

No plano espacial, Albuquerque (2008) destaca como fatores que colaboram com o mito a reforma enquanto resultado da junção de ensino superior e aprendizado profissional do jornalismo, que até então era novidade, e ter em um modelo de jornalismo estrangeiro, sobretudo o dos Estados Unidos, um referencial para o novo modelo brasileiro.

Por essa mesma hipótese, a narrativa em torno da modernização estabelece três classes de personagens: os jornalistas anteriores a ela; os protagonistas, que a instituíram e alteraram o modo de fazer jornalismo; e os que por ela foram formados. Os profissionais que precederam a reforma são vistos de maneira negativa, devido à moral questionável e à qualidade técnica deficiente, que teria tido no nariz de cera a mais notória feição. Assim, afirma Albuquerque,

o período em que eles predominaram pode ser bem descrito como correspondendo ao caos primordial que antecede à instauração da verdadeira ordem pelos heróis fundadores. [...] Os relatos sobre a criação do jornalismo moderno brasileiro usualmente apresentam Pompeu de Sousa como um mediador entre o mundo modelar do jornalismo americano e o mundo profano do jornalismo brasileiro (ALBUQUERQUE, 2008, p. 98 e 103).

Nesse discurso, entre os criadores da reforma – Pompeu, Danton e Paulistano –, ao primeiro é atribuído o maior destaque na implementação.

Albuquerque (2008) sugere que isso se dá porque, dos três, apenas Pompeu teria abordado o assunto de maneira concreta, e a perspectiva dele, difundida sem questionamento, teria acentuado seu suposto protagonismo.

A terceira categoria de personagens é composta pela equipe de jovens jornalistas selecionada para atuar no copidesque, o qual renovaria e purificaria a prática jornalística. “O que se oculta atrás da inexperiência dos recrutados responsáveis pela reforma é a sua *pureza* fundamental. Somente um grupo de jornalistas imaculados poderia ser capaz de levar a cabo uma tal reforma” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 104).

O modelo explicativo da modernização da imprensa corrobora o discurso de que a aproximação do jornalismo brasileiro com os moldes norte-americanos, em que a informação era transmitida com objetividade, proporcionou uma ruptura entre jornalismo e literatura (BERGAMO, 2011), embora esse distanciamento não tenha sido total (RIBEIRO, 2003).

Albuquerque (2008; 2010), por outro lado, questiona o *Diário Carioca* como marco da renovação da velha imprensa, do moderno patamar de qualidade e do rompimento do jornalismo com a literatura. Ele afirma que a reforma do *DC*, em vez de promover a autonomia entre os dois campos, reforçou, através do copidesque, um modelo de jornalismo literário:

[...] a ruptura em relação ao passado parece menos significativa do que tem sido indicado: ao afirmar o texto jornalístico como seu objeto central, a reforma do *Diário Carioca* contribuiu para reforçar uma concepção essencialmente literária do jornalismo – uma literatura de ambições técnicas antes que artísticas, é verdade – e em detrimento de outros aspectos como a reportagem (2010, p. 110).

O trabalho físico de apuração, predominante nos meios de comunicação norte-americanos, teria sido preterido pelo trabalho intelectual de produção de texto, bem como o “ambiente moralmente suspeito das ruas”, em contraposição ao “ambiente seguro da redação” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 108), o que teria promovido “um movimento dos jornalistas *para dentro da redação*” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 107).

A definição do jornalista como alguém que, sobretudo, escreve de maneira competente – isto é, se vale de fórmulas textuais adequadas, tais como o *lead*, a pirâmide invertida e a narrativa em terceira pessoa distanciada, além de recursos de padronização textual, como, por exemplo, os manuais de redação e o copidesque –

se fez em detrimento da sua identificação com a figura do repórter (ALBUQUERQUE, 2008, p. 106).

## 4.2 Objetivo da pesquisa

Com o propósito de mostrar *se e como* o manual do DC contribuiu para a modernização das técnicas de redação do texto jornalístico no Brasil, fomos às páginas de quatro jornais cariocas dos anos 1950 checar as características de cada um, para realizarmos uma análise com o embasamento científico da verificação empírica. Para isso, buscamos verificar em que momento cada jornal adotou elementos modernizantes na primeira página e no texto da manchete dessa mesma página.

## 4.3 Corpus da análise

Para tanto, consideramos que não deveríamos analisar empiricamente apenas o *Diário Carioca*, mas também jornais contemporâneos a ele.

Por esse motivo, avaliamos as respectivas manchetes dos seguintes jornais:

- *Diário Carioca* (18 edições);
- *Tribuna da Imprensa* (19 edições);
- *Última Hora* (13 edições);
- *Jornal do Brasil* (10 edições).

As primeiras páginas estudadas dos jornais citados acima foram colhidas de três períodos distintos:

- 1950, ano em que ocorreu a reforma do DC;
- 1951, ano seguinte à reforma e em que a *Última Hora* foi fundada;
- e 1957, ano em começaram a aparecer mudanças nas primeiras páginas do *Jornal do Brasil* após a reforma deste periódico, que pesquisadores afirmam datar de 1956.

Também foi analisada a primeira edição da *Tribuna da Imprensa*, que circulou em 27 de dezembro de 1949.

## 4.4 Aspectos analisados

Avaliamos, ao todo, 60 primeiras páginas e as respectivas manchetes do Diário Carioca (18 edições), Tribuna da Imprensa (19 edições), Última Hora (13 edições) e Jornal do Brasil (10 edições). O material<sup>39</sup> estudado foi colhido de quatro períodos diferentes: 1949, 1950, 1951 e 1957.

Averiguamos o uso de elementos textuais nos títulos e subtítulos das manchetes, como abreviatura, dois pontos, exclamação e parêntesis; a presença de chamadas e de indicadores de página (“conclui na pág. tal”); a construção do primeiro parágrafo das manchetes (lide, nariz de cera, narrativa cronológica); o uso de adjetivos, pronomes de tratamento (sr., sra., etc.) e vocabulário rebuscado nas manchetes, subtítulos e abertura dos textos; a prevalência de notícias nacionais ou internacionais na primeira página; e os elementos visuais presentes na primeira página (foto, arte, infográfico, etc.).

A análise desses jornais é complementada pela pesquisa de Mônica Pegurer Caprino (2002), intitulada *Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação*, em que a autora examinou notícias dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* publicadas de 1900 a 2000, para observar a evolução do texto jornalístico e o uso de recursos estilísticos na imprensa paulista.

#### 4.5 Limitações

Enfatizamos que em cada jornal e em cada ano analisamos uma quantidade diferente de edições. Portanto, recomendamos que se evite fazer comparações percentuais entre os periódicos; mas, caso se faça, deve-se considerar que serão aproximadas, mas não exatas. Também ressaltamos que os dados obtidos em cada edição se referem somente à manchete – exceto os aspectos que abrangem toda a primeira página – e, por isso, nossos resultados são

---

<sup>39</sup> Os dados brutos que colhemos estão compilados em um quadro que disponibilizamos na internet. Esse quadro contém informações sobre as mais de 60 manchetes analisadas, como os títulos e subtítulos de cada uma, e os trazemos na caixa (alta, baixa ou alternada) em que foram publicados; as siglas, abreviaturas e sinais de pontuação que identificamos nesses títulos e subtítulos; o tipo de abertura adotado em cada manchete, bem como se o texto da manchete foi publicado inteiro na 1ª página, se foi interrompido ou se foi utilizada chamada; os pronomes de tratamento empregados; e os trechos em que contém vocabulário rebuscado ou adjetivações. Também informamos o total de notícias, artigos e colunas presente na 1ª página, e especificamos quantas notícias eram nacionais e quantas eram internacionais; e detalhamos as imagens publicadas em cada 1ª página (quantas são fotos de perfil, caricaturas, charges, outras artes, ou fotos normais). Esperamos que o quadro possa ser útil para outros pesquisadores, assim como foi para a produção desta pesquisa empírica. O quadro está formatado no Google Docs, e pode ser acessado pelo link: <https://goo.gl/WxLbqR>.

parciais (sugerem a provável característica dos jornais, mas não são capazes de determiná-la sem desvios de precisão).

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de checar que mudanças ocorreram no texto jornalístico nos anos 1950, analisamos um total de 60 primeiras páginas publicadas em quatro períodos: 1950, 1951 e 1957, além de uma única edição do ano de 1949. O material foi colhido de quatro periódicos do Rio de Janeiro, que foram o Diário Carioca, a Tribuna da Imprensa, a Última Hora e o Jornal do Brasil.

Em nossa análise, demos ênfase à observação das alterações do texto jornalístico, mas também averiguamos o uso de elementos visuais (como fotos) e o desenvolvimento da diagramação (como o emprego de chamadas). De regra, os elementos textuais foram examinados a partir das manchetes de cada primeira página, e restritos ao título, subtítulo e abertura do texto. Nas edições em que a manchete era apresentada por meio de chamada, de modo que o texto não se iniciava na primeira página, acessamos o interior do jornal para analisar a abertura da matéria.

Incluímos neste capítulo algumas ponderações de Mônica Pegurer Caprino (2002), que examinou, em trabalho análogo ao nosso, periódicos do estado de São Paulo.

### 5.1. Abertura das manchetes

O Diário Carioca, tido como o responsável por essa renovação ao elaborar, em fevereiro de 1950, o primeiro manual de redação da imprensa brasileira, apresentou, ao longo de todo aquele ano, manchetes com um lide que se misturava às vezes com nariz de cera, outras com narrativa cronológica. Apesar de as *Regras de Redação do Diário Carioca* terem sido preparadas no mês de fevereiro, em todas as manchetes de 1950 a que tivemos acesso verificamos elementos que rememoravam às velhas práticas redacionais.

Em 28 de maio, o texto abria sem meias-palavras, informando que o “tenente-brigadeiro Eduardo Gomes” e o “sr. Cristiano Machado”, que tinham apoio do DC, deram ao Diário Carioca a primeira entrevista à imprensa como candidatos à Presidência da República. Estava presente a segunda regra do tópico sobre pronomes de tratamento do manual, que determinava a omissão de abreviaturas

quando o nome da pessoa fosse precedido de seu cargo, título honorífico ou hierárquico. Porém, no parágrafo seguinte era dito que “cabe rejubilar-nos com os [...] ilustres candidatos, pelo que traduziram estes últimos, nas suas entrevistas, do estado de espírito que anima a todos”, para, enfim, trazer uma informação relevante – a campanha para a eleição de outubro se iniciava.

Nos dois primeiros anos da década, os lides mais próximos dos que o manual propunha estavam em notícias que vinham de agências internacionais e que já chegavam em formato objetivo, embora houvesse, em 1951, bons lides.

A abertura da manchete de 28 de setembro de 1950:

FLUSHING, 27 (U. P.) – Círculos informados disseram que a Coreia do Norte declarou-se disposta a pôr fim à guerra, em condições que estipulem a convocação de eleições em todo o país, fiscalizadas pela ONU, retirada das forças comunistas para o norte do paralelo 38 e de que as forças norte-americanas se limitassem à cabeça de ponte de Pusan.

Apesar da concisão, não havia preocupação em se decifrar algumas das informações das agências. O leitor que tivesse interesse em saber o que era o “paralelo 38” e a “cabeça de ponte de Pusan” teria de se aventurar pelas páginas internas do jornal para talvez descobrir o significado das expressões, já que o texto da primeira página, além de não explicá-lo, era interrompido para ser concluído na segunda página.

O Diário Carioca, em 1957, já trazia lides bastante definidos, escritos em negrito e acompanhados de sublide sem negrito. Em seguida ao sublide, um intertítulo quebrava o texto, separando os dois parágrafos mais importantes dos demais.

A abertura mais sintética de toda a pesquisa foi a da manchete do DC em 28 de setembro de 1957:

Aumentou ontem para 83.817 o número de alunos das escolas municipais atacados pela gripe asiática, segundo informou a Comissão Especial Sanitária do Departamento de Saúde Escolar, da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura.  
Mais de 500 baixas já se registraram até agora nos 1.º e 4.º Batalhões da Polícia Militar, cujo comando internou 300 soldados no Hospital da Corporação, mandando os restantes 200 para as suas casas, por absoluta falta de local para hospitalização.

O Jornal do Brasil (JB) praticou proposta semelhante. Começou o ano de 1957 com lides em ordem indireta e com informações importantes dispersas no

texto, mas os desenvolveu aos poucos. Em maio, o lide do JB já estava melhor lapidado e o sublide era incorporado em algumas notícias.

Em 4 de julho o JB não foi às bancas porque, provavelmente, no dia anterior os repórteres não trabalharam. No dia 3, o lide e sublide da manchete – Disposta a Prefeitura a fazer cumprir o feriado de hoje – diziam:

Enquanto era transferida para sexta-feira a apreciação do mandado de segurança apresentado pela Federação das Indústrias do Distrito Federal contra o ato do Prefeito Negrão de Lima considerando feriado o dia de hoje, o Prefeito reafirmava seu propósito de fazer cumprir a lei, estando em estudos na Prefeitura uma forma de punição para as federações e associações transgressoras. Baseando-se no fato de ter sido decretado o feriado, os empregados resolveram não atender às determinações dos patrões, a menos que lhes sejam pagas gratificações ou atendidas outras exigências.

No transcorrer de todo o período estudado, a Tribuna da Imprensa oscilou entre o lide, o nariz de cera e a narrativa cronológica. Em 27 de maio de 1957, com sete anos de vigência do manual do Diário Carioca, o primeiro parágrafo da manchete, escrito na ordem em que os acontecimentos se deram, dizia que “o sr. Hugo Thompson compareceu ontem a um programa na TV Tupi, a fim de debater com o vereador udenista denunciante as acusações de que [...] se negociavam licenças para linhas de autolotações e ônibus” no Departamento de Concessões da Prefeitura e no Gabinete do Prefeito. No parágrafo seguinte vinha o importante: o tal Hugo Thompson havia admitido “a possibilidade de serem vendidas licenças para linhas em locais de maior interesse dos concessionários”.

Em contrapartida, antes mesmo da “chegada oficial” do lide ao Brasil, que se convencionou que se tenha dado com o manual organizado por Pompeu em fevereiro de 1950, a *Tribuna* publicou, em 27 de janeiro desse mesmo ano, em seu aniversário de um mês de inauguração, uma manchete cujo parágrafo introdutório era um lide, mas em ordem indireta e contendo adjetivos e vocabulário agressivo – de maneira que informava e ao mesmo tempo opinava:

Além de empurrar ao IAPC, para liquidar a sua dívida de falido na Caixa de Mobilização Bancária, por 185 milhões o edifício que construiu com dinheiro tomado à Caixa Econômica “por ordem superior”, o Banco Industrial Brasileiro, presidido por um comensal do Presidente da República, o senador e traficante Georgino Avelino, vendeu ao IAPC mais as seguintes propriedades – até agora por nós descoberta:

Após dois meses, no dia 27 de março de 1950, em uma primeira página sem manchete evidente, as duas notícias de maior destaque apresentam, lado a lado, estilos opostos. À esquerda, na notícia “Dino Grandi e Chateaubriand avançam numa área mineira maior do que a do Distrito”, a introdução do texto é objetiva e direta, quando diz que o deputado José Bonifácio pediria “hoje, na Câmara”, que o Executivo se justificasse por ter colocado em “hasta pública” (à venda) uma grande área pertencente a empresas incorporadas ao patrimônio da União “pelo irrisório preço de Cr\$ 6 milhões”. Era o lide. À direita, na notícia “Fora de Afonso Pena para conciliação só o Brigadeiro para a luta partidária”, o repórter, de início, comenta: “A semana política que hoje se inicia não terminará sem que aconteça alguma coisa de positivo que virá auxiliar, senão resolver em definitivo, ou agravar até o delírio, o problema da sucessão presidencial”. Era o nariz de cera.

A Última Hora, em sua primeira edição, que foi às ruas em 12 de junho de 1951, prenunciava o estilo do jornal. A abertura da manchete:

Nova e pavorosa tragédia poderá ocorrer, a qualquer momento, na Central do Brasil. E nela desapareceriam, na voragem da morte, mais algumas centenas de vidas preciosas dos quinhentos mil cariocas que, diariamente, arriscam sua existência nos trens suburbanos de nossa principal via férrea, seu único meio de acesso ao trabalho e de retorno ao lar.

Sem aparecer nas notícias da Última Hora averiguadas em 1951, o lide, em 1957, dava sinais de que queria se fazer regra. Identificamo-lo em todas as aberturas daquele ano, ainda que tímido. Em 12 de abril, o lide da manchete dizia que, em um acidente aéreo com um avião da empresa Real ocorrido em uma montanha na ilha Anchieta, em São Paulo, 26 passageiros morreram, queimados pelo incêndio que se deu após o impacto, e houve quatro sobreviventes. As informações, porém, estavam adornadas de linguagem literária (e sensacionalista):

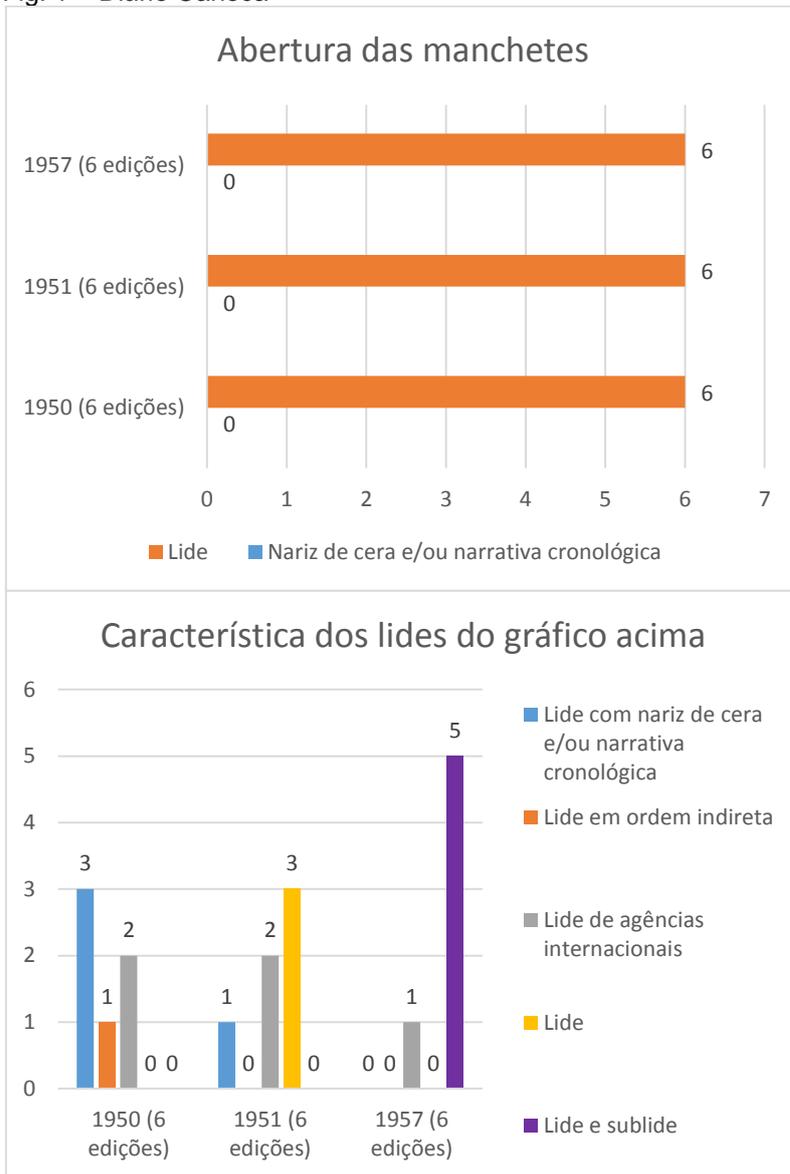
SÃO PAULO, 12 (Sucursal) – Quatro sobreviveram ao choque terrível do avião com a montanha. E assistiram ao espetáculo dantesco da morte de 26 passageiros, queimados vivos pelas chamas que logo irromperam no avião da Real, após a queda na ilha Anchieta. Dos quatro sobreviventes, Luís de Andrade Cunha teve papel destacado naquele inferno em que as chamas não permitiram se salvasse quase todos os passageiros.

Lides como esse, envoltos por elementos da velha imprensa, dividiam espaço, em 1957, na Última Hora, com lides que seguiam preceitos mais próximos dos da imprensa moderna, como o de 12 de outubro, que informava que líderes

sindicais demonstraram, em reunião ocorrida na noite anterior, repúdio ao aumento de impostos.

Nos gráficos seguintes, apresentamos o tipo de abertura das manchetes analisadas em cada jornal e a característica que traçamos dos lides encontrados.

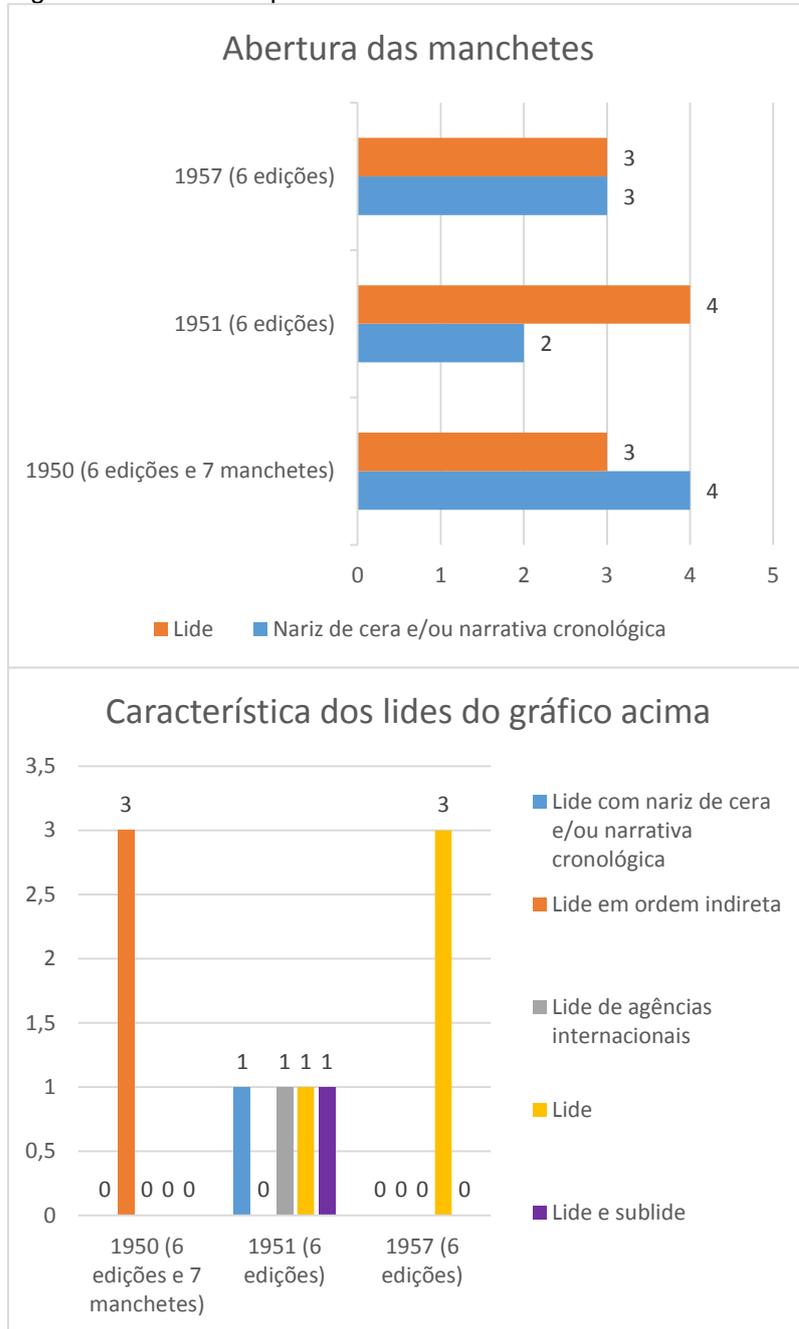
Fig. 1 – Diário Carioca



O Diário Carioca trouxe lides em todas as 18 manchetes estudadas; contudo, em 1950, metade deles se misturavam com narizes de cera e/ou narrativas cronológicas – um tipo bem primitivo de lide, ainda pouco objetivo e com toque literário. Em 1957, o cenário era outro: a maioria dos lides, que vinham em negrito, eram seguidos de sublide, e um intertítulo os separava do restante do texto. Ambos

(lide e sublide) eram bem definidos e objetivos para a época, afinal a presença de sublide exigia um amadurecimento textual do periódico.

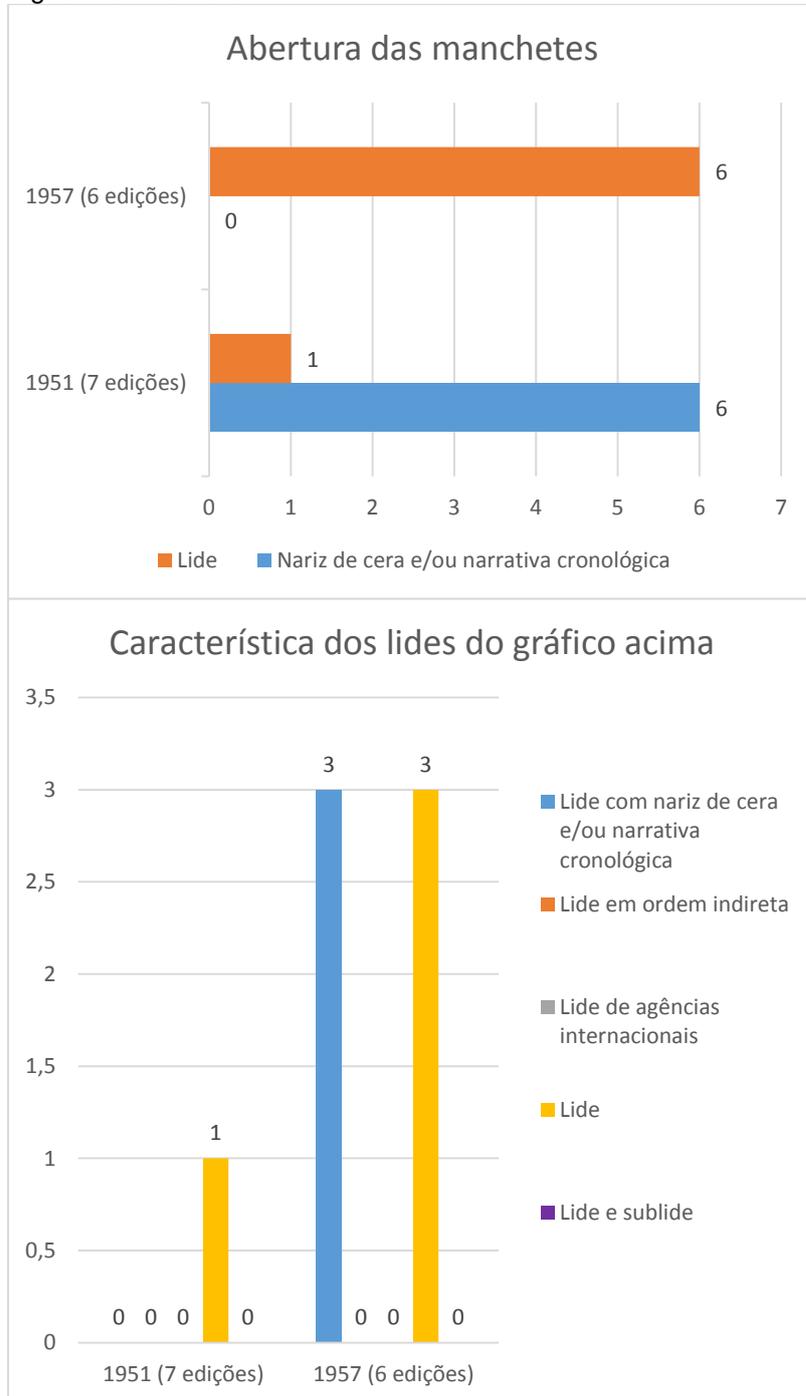
Fig. 2 – Tribuna da Imprensa



Na Tribuna, os lides se equilibraram, em quantidade, com narizes de cera e/ou narrativas cronológicas ao longo de todo o período pesquisado. Em 1950, os lides vieram em ordem indireta, e sete anos depois, em ordem direta. O único lide

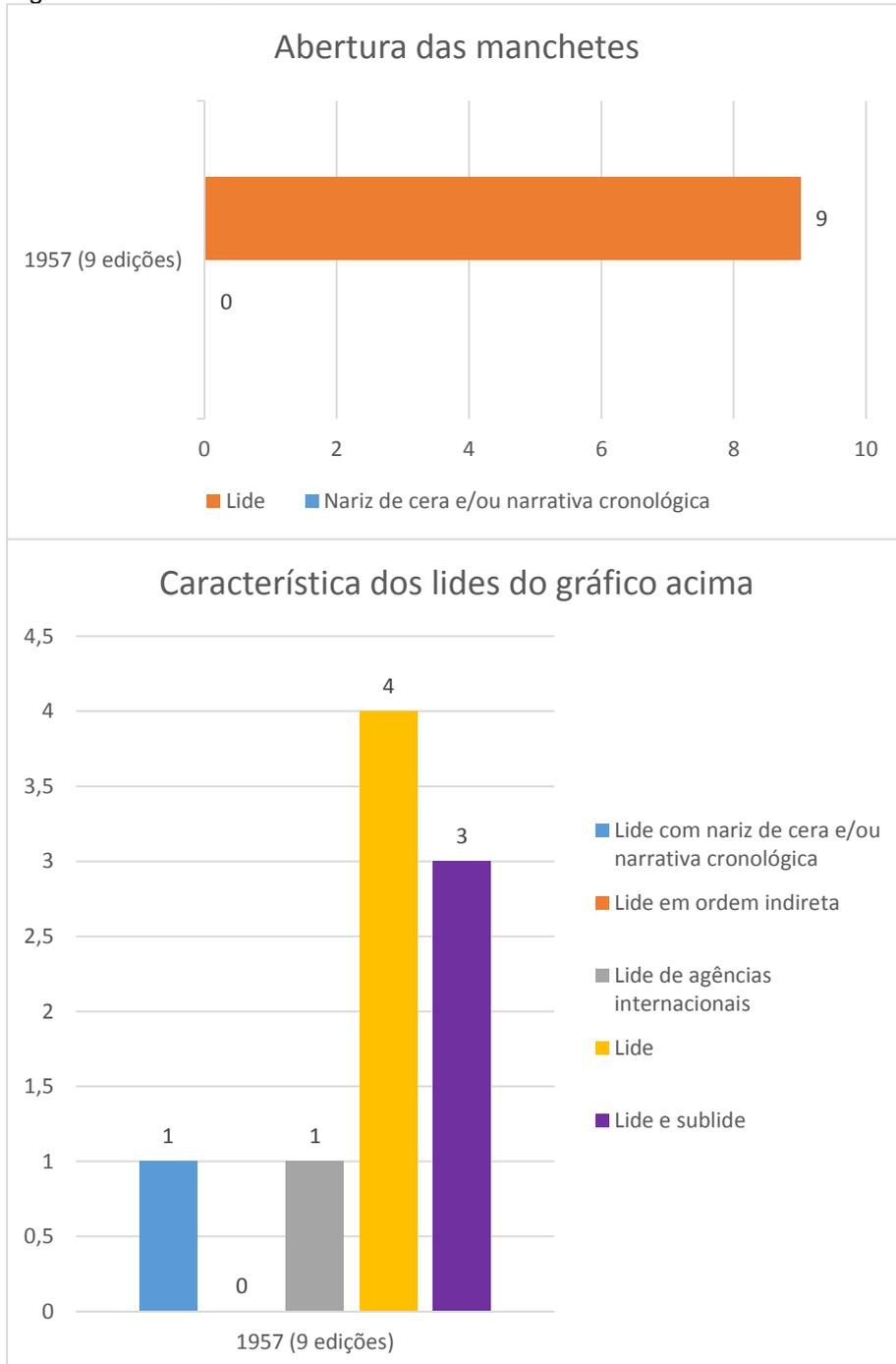
acompanhado de sublide, encontrado em 1951, não pareceu proposital, pois não se destacava do restante do texto e não veio a se repetir nem mesmo em 1957.

Fig. 3 – Última Hora



O lide se tornou majoritário na Última Hora em 1957, mas, nesse ano, metade das manchetes averiguadas trouxeram lides com narizes de cera e/ou narrativas cronológicas.

Fig. 4 – Jornal do Brasil



Em 1957, o Jornal do Brasil trouxe lides com sublide; no entanto, ao contrário do DC, dividiram espaço com lides sem sublide, e lide com nariz de cera e/ou narrativa cronológica.

## 5.2. Títulos e subtítulos

Na edição do *Diário Carioca* de 28 de setembro de 1950, dos onze títulos estampados, dois apresentavam parêntesis<sup>40</sup>, que visavam complementar a informação da titulação, dando-lhe mais clareza: “Hugo Borghi (Para Não Desgostar Os Queremistas) Não Deu Seu Apoio Prometido a Cristiano” e “Explica (para Minas) o P.R. Não Ficar Com E. Gomes”. Esse recurso não deixava os títulos muito extensos, pois as palavras contidas nos parêntesis tinham caracteres em tamanho reduzido em relação ao restante do título. Como forma de controle do número de caracteres, nota-se a abreviatura de Eduardo Gomes (E. Gomes). Além da edição de setembro, os parêntesis apareceram na edição seguinte analisada, de 28 de novembro, o que sugere que foram uma experimentação realizada nos últimos meses do ano de 1950, entrando, em seguida, em desuso.

O subtítulo da manchete de 28 de novembro, “Resultado da Intervenção Agamemnon: Conter a Rendição Incondicional de A. Peixoto”, continha, além de outra abreviatura, os dois pontos como forma de se suprimir verbos para se economizar caracteres, recurso utilizado em cinco manchetes (em seus títulos, subtítulos e retrancas) do *Diário Carioca*, das dezoito a que tivemos acesso. Elementos como os dois pontos, o travessão e, em menor frequência, o ponto e vírgula, também eram vistos – além de no DC –, em 1950 e 1951, na *Tribuna* e na *Última Hora*, o que se intensificaria nesses jornais em 1957. Neste último ano, passamos a vê-los no *Jornal do Brasil*.

A *Última Hora* trouxe os dois pontos em mais manchetes (em seus títulos, subtítulos e retrancas) que o DC: foram utilizados sete vezes em 13 manchetes. Nesse número, inclui-se o uso do travessão exercendo papel de dois pontos, recurso verificado no título da manchete de 12 de outubro de 1951, em caixa alta: “PSD – PARTIDO DA ANGÚSTIA”. Identificamos o mesmo no *Diário Carioca*, em 28 de setembro de 1957, cuja manchete dizia, também em caixa alta: “ESCOLAS E QUARTÉIS – ONDE A GRIPE ASIÁTICA ATACA MAIS”. A *Tribuna* fez uso dos dois pontos em cinco manchetes, de 19 que analisamos. Não encontramos o travessão, mas em 26 de junho de 1951 houve um recurso mais interessante. No título da

---

<sup>40</sup> Também visualizamos parêntesis no título de uma notícia do *Jornal do Brasil*, que vinha no interior da edição 256 de novembro de 1957.

manchete, “LAGOA SANTA instrumento para extorsão dos dinheiros públicos”, o contraste entre a caixa alta de “Lagoa Santa” e a caixa baixa do restante do título exerceu a função de dois pontos.

Na Última Hora, o estilo partidário e o gosto pelo sensacionalismo, presentes no jornal desde a primeira edição, não recuaram em 1957; pelo contrário, se tornaram mais nítidos, com a incorporação de exclamações em títulos<sup>41</sup>. Analisamos seis primeiras páginas de 1957 e constatamos que 31 das 78 notícias expostas possuíam exclamação em seus títulos – o que representa 40% das matérias. Quanto às manchetes, todas contavam com tal pontuação. Na edição de 12 de abril, em que se divulgou o acidente aéreo, das cinco notícias estampadas na capa<sup>42</sup>, quatro tinham exclamação, inclusive a manchete: “A TRAGEDIA DO AVIÃO QUE CAIU NAS SELVAS!”, em caixa alta.

Em 12 de outubro de 1951, o subtítulo da manchete (sobre assuntos políticos) trazia, em texto justificado<sup>43</sup>, um trecho dúbio: “Vocaçã o i r r e s i s t í v e l do Poder”. O espaçamento entre as letras da palavra “irresistível” pode ter sido utilizado tanto para justificar o texto como para destacar a crítica.

A primeira página do Jornal do Brasil tinha uma enorme peculiaridade<sup>44</sup>. As notícias da capa não tinham subtítulos nem textos, mas somente títulos e as páginas de cada matéria (chamadas). Ainda, a tipografia e o tamanho dos caracteres eram bastante díspares em cada título. Constatamos que, ao menos em 1957, quase não houve manchete nítida no JB – pois as notícias tinham, em geral, semelhante destaque –, embora houvesse algo próximo a uma manchete na edição de janeiro de 1957 que averiguamos. Apenas a partir de setembro encontramos manchetes bem definidas. Entre elas, há construções interessantes, como a de 4 de setembro: “Baixaram os preços da gasolina em todo o país” (com pequeno texto na

<sup>41</sup> Também identificamos o uso de exclamação no Jornal do Brasil, no título da manchete da edição 179, de agosto de 1957, que vinha no interior do jornal (na capa, o título da manchete era diferente e sem exclamação).

<sup>42</sup> Os jornais analisados possuíam cada um, em média, 10 a 15 notícias (entre matérias, notas e chamadas) na primeira página. O jornal que mais trouxe notícias em uma só edição foi o Última Hora, em 12 de agosto de 1957, com 18 notícias; o que trouxe o menor número foi o *Diário Carioca*, em 28 de maio de 1950, com três notícias. Não incluímos o *Jornal do Brasil* nesses dados devido à particularidade da sua diagramação.

<sup>43</sup> O programa Microsoft Word define o texto justificado como aquele distribuído uniformemente entre as margens, para se ter bordas limpas e nítidas e uma aparência mais elegante.

<sup>44</sup> Voltaremos a abordar o assunto no tópico “Diagramação e elementos visuais”.

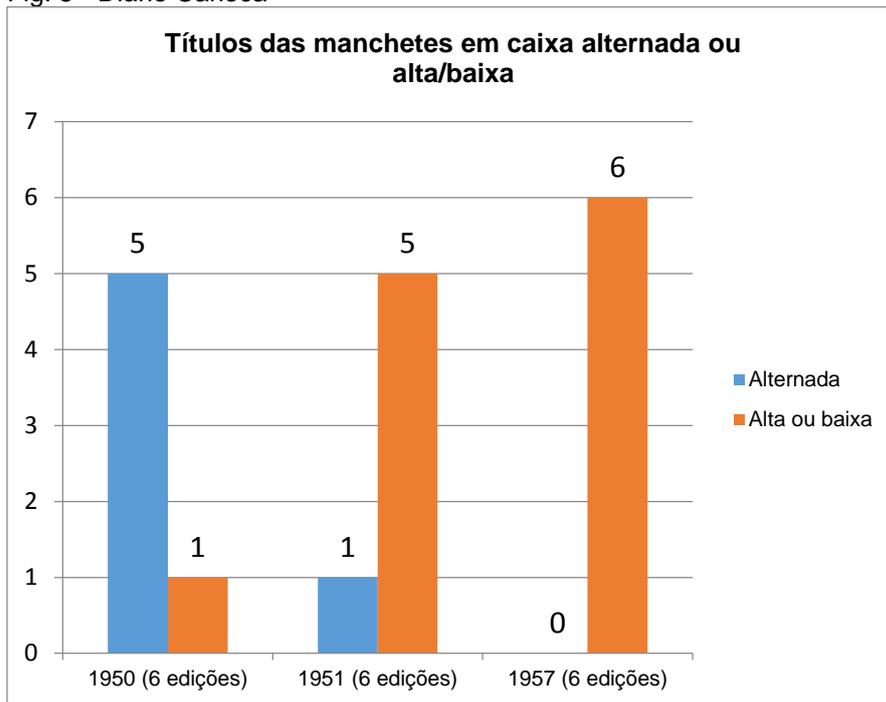
capa), e os títulos de outras duas notícias em sequência: “Caem também os do gás,” (página 4) e “mas vão subir os dos bondes” (página 11).

Os títulos e subtítulos em caixa alternada (cada palavra iniciada com letra maiúscula, e as demais letras em minúsculo) estiveram no Diário Carioca em todas as edições de 1950 e 1951 que pesquisamos, junto a títulos com caixa alta. Em 1957, já estavam extintos do jornal; os títulos vinham ou em caixa alta ou em caixa baixa – com a primeira letra de nomes próprios e de início de sentenças em caixa alta –, como o subtítulo da manchete de 28 de março: “Paz com Jânio: ‘é meu eleitor””.

O Última Hora, tido como um dos jornais mais atuantes na reforma da imprensa brasileira devido à diagramação arrojada, também optava por caixas alternadas, o que permanecia ainda em 1957. Nesse quesito, o Jornal do Brasil e a *Tribuna da Imprensa*, esta fundada em 1949, anteciparam-se ao DC e à *Última Hora*, pois não adotavam a caixa alternada, o que facilitava a leitura. Já em sua primeira edição, em 27 de dezembro de 1949, a *Tribuna* apresentou, em caixa baixa, o subtítulo da manchete: “Como se deu a destruição do ‘Diário do Povo’ - Cheguelechel e Hegército à frente da malta - Telegrama do senador Ismar de Góis Monteiro”.

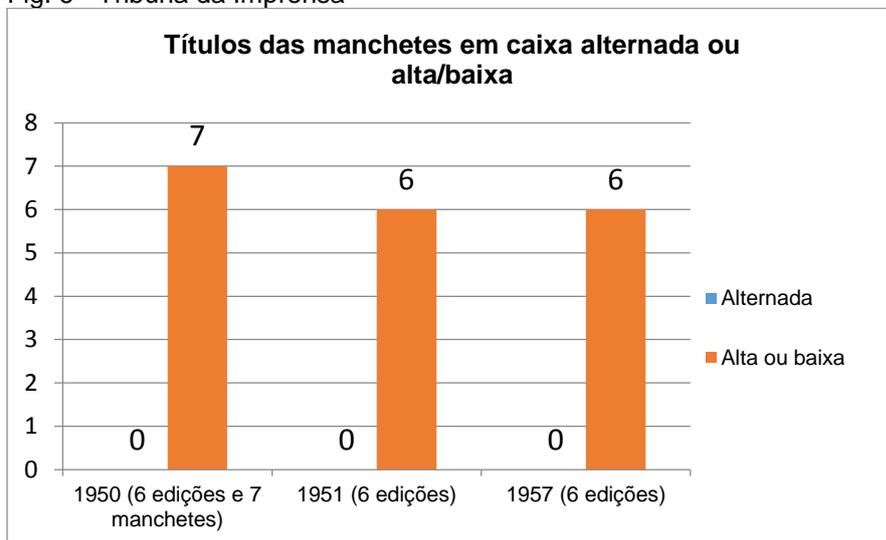
Nos gráficos a seguir, apresentamos as caixas dos títulos das manchetes analisadas:

Fig. 5 - Diário Carioca



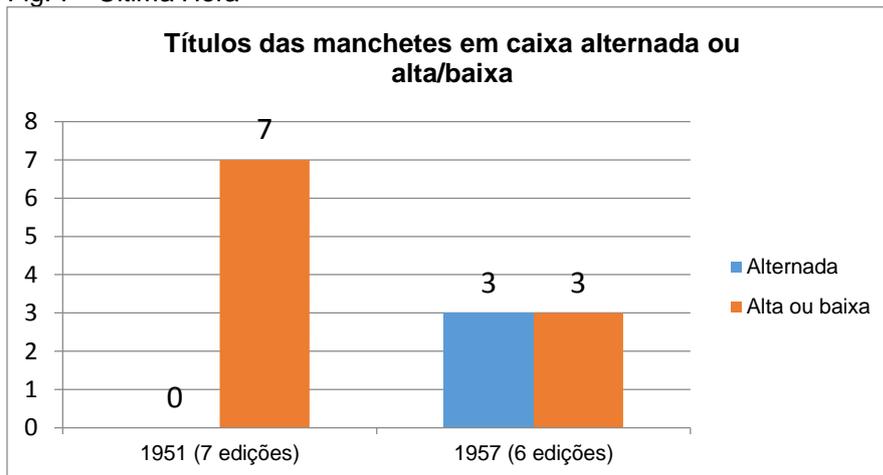
A maioria das manchetes do DC, em 1950, continham títulos em caixa alternada. No ano seguinte, tornaram-se minoria, e em 1957 estavam extintas.

Fig. 6 - Tribuna da Imprensa



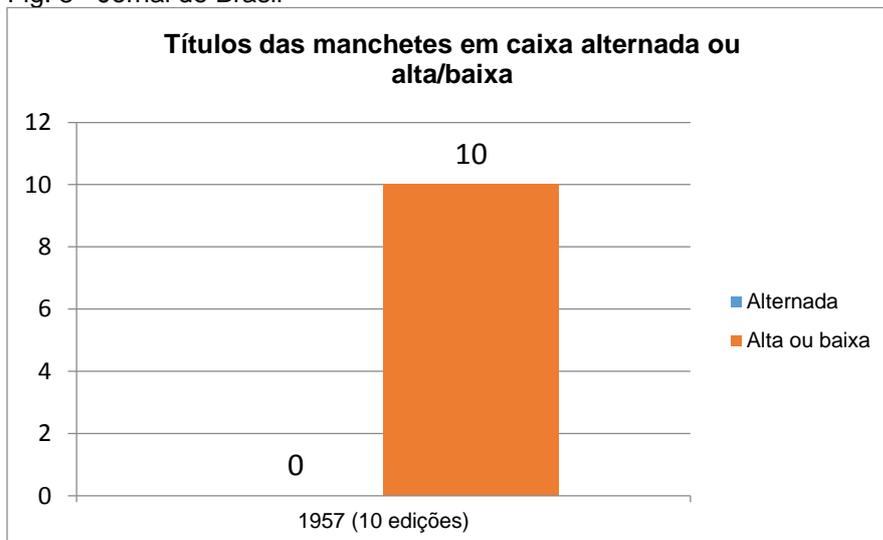
A Tribuna apresentou, ao longo de todo o período estudado, títulos em caixa alta ou baixa, como ocorre hoje na imprensa.

Fig. 7 - Última Hora



O caminho percorrido pela Última Hora foi contrário ao que seria a tendência. Em 1951, houve somente títulos em caixa alta ou baixa, e seis anos depois, esses se equilibraram, em quantidade, com títulos em caixa alternada.

Fig. 8 - Jornal do Brasil



Como a Tribuna e o DC, o Jornal do Brasil trouxe, em 1957, todos os títulos em caixa alta ou baixa.

### 5.3. Notícias nacionais e internacionais

No período em análise, houve um equilíbrio entre notícias internacionais e nacionais<sup>45</sup> no DC, diferente do que ocorre hoje na imprensa, em que a grande maioria das chamadas de capa são de notícias do país e da cidade. Em 1950 e 1951, das doze primeiras páginas que averiguamos, em sete as notícias sobre o estrangeiro se equilibravam, em quantidade, com as sobre o Brasil. Citamos como exemplo a edição do Diário Carioca de 28 de setembro de 1950, assim como as de 28 de agosto e de 28 de outubro de 1951, em que, dos onze títulos presentes na primeira página, seis eram de acontecimentos internacionais. Nas doze primeiras páginas mencionadas, estiveram 67 matérias nacionais e 40 internacionais.

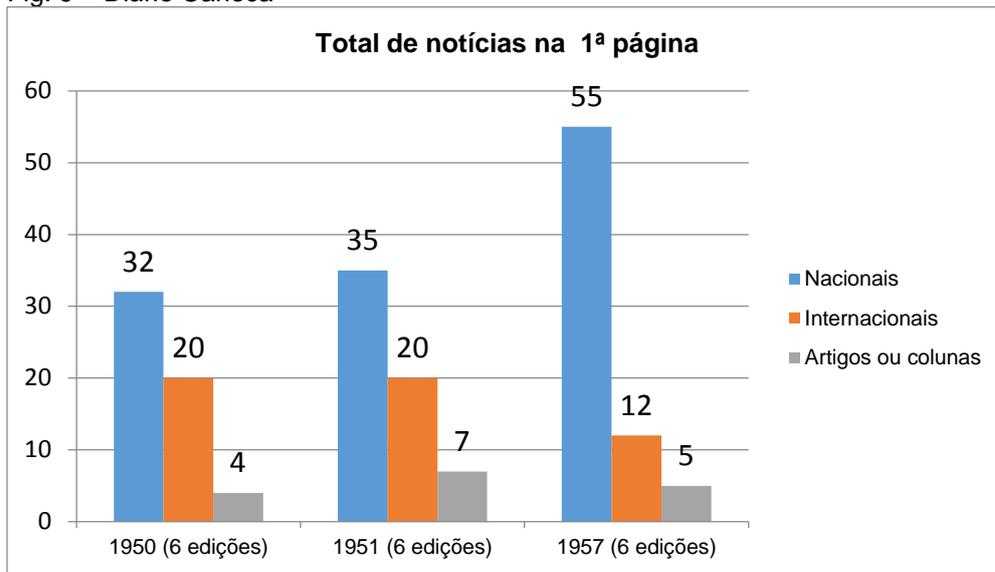
Tal característica não se repetia na Última Hora, que, na primeira página, publicava um, dois, no máximo três, ou mesmo nenhum fato noticioso oriundo do estrangeiro – o que também ocorria na Tribuna da Imprensa, apesar de que com rigidez levemente menor. Em 1957, a Tribuna publicou, em seis edições, 14 notícias internacionais na primeira página, e a Última Hora, 11 notícias. Nesse mesmo ano, o Diário Carioca, com 12 notícias internacionais em seis edições, se assemelhava a ambos, de modo que predominavam notícias do país e do Rio de Janeiro. O Jornal do Brasil era o mais internacionalizado, uma vez que, em 1957, embora mantivesse determinado equilíbrio entre conteúdo nacional e internacional, teve, de janeiro a agosto, uma inclinação para conteúdos estrangeiros: 42 notícias internacionais publicadas em sete capas, contra 29 nacionais. Esse cenário se alteraria a partir de setembro, mês em que as matérias sobre o Brasil passaram a ser mais numerosas na capa – de oito notícias, apenas três eram internacionais. Padrão que se manteria.

Analisemos os gráficos adiante:

---

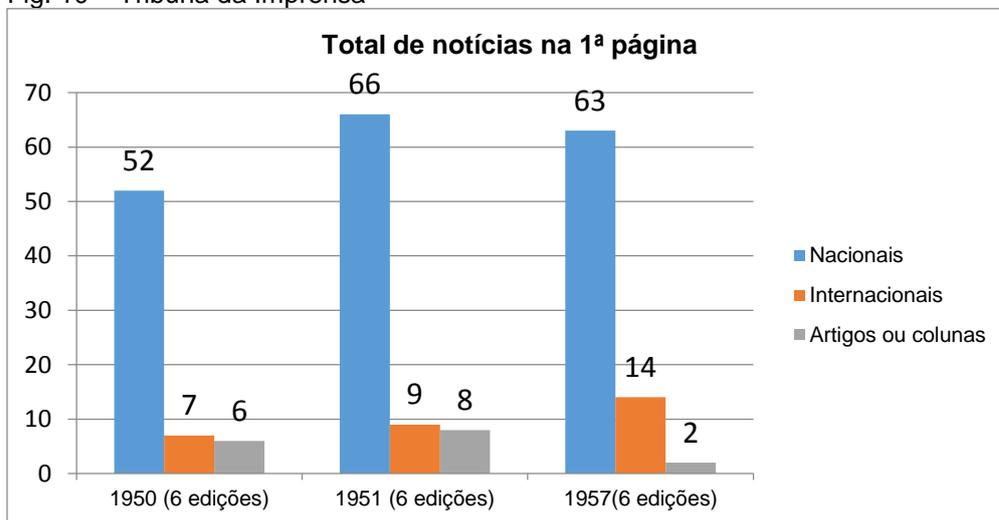
<sup>45</sup> Consideramos como notícias nacionais as produzidas no Brasil e que são a respeito do nosso país. Em nacionais, incluímos as notícias locais (sobre a cidade em que o jornal está situado, por exemplo).

Fig. 9 – Diário Carioca



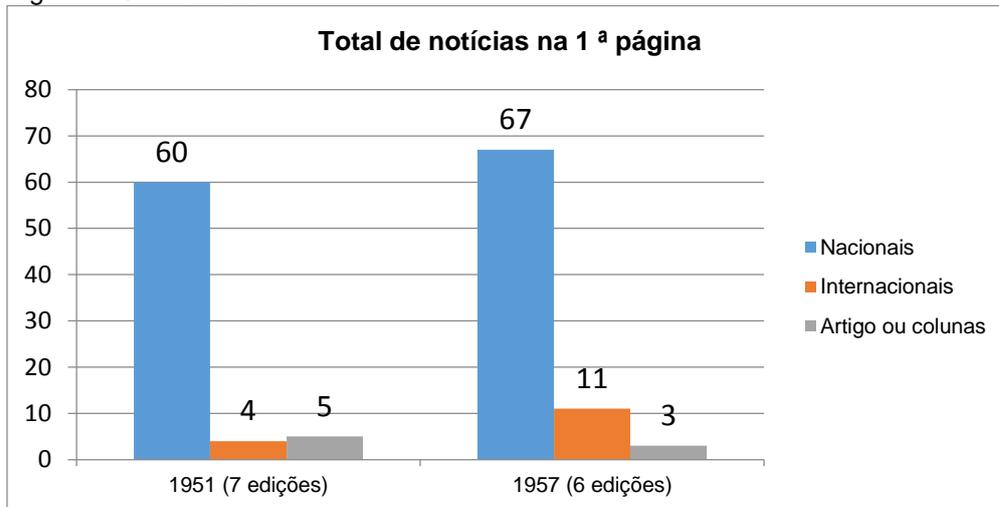
Em 1950 e 1951, houve, no Diário Carioca, quase que equilíbrio entre notícias nacionais (próprio país ou cidade) e internacionais (geralmente provenientes de agências internacionais). Em 1957, foi nítida a prevalência de assuntos nacionais na primeira página.

Fig. 10 – Tribuna da Imprensa



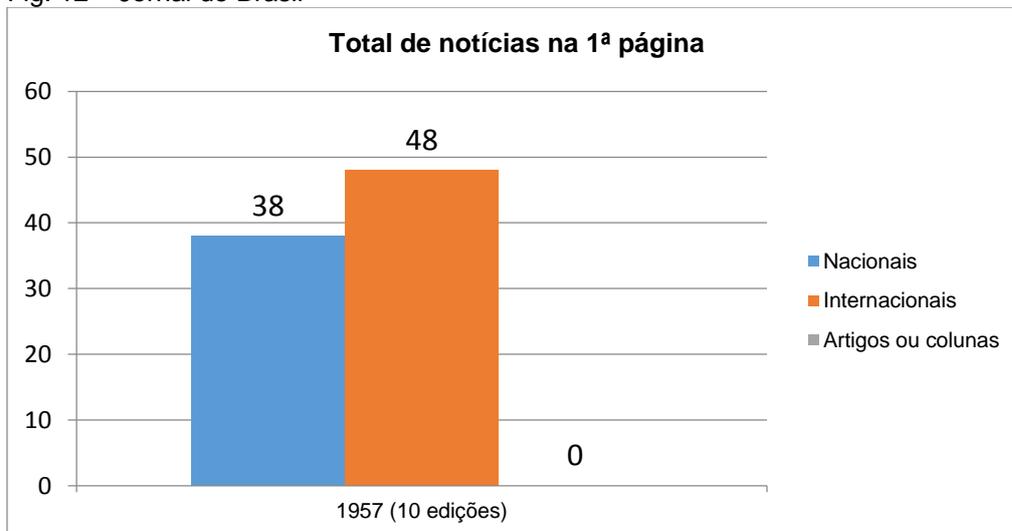
Em todos os anos analisados, notícias nacionais predominaram na Tribuna da Imprensa, como é hoje.

Fig. 11 – Última Hora



A prevalência de assuntos sobre o Brasil ou o Rio de Janeiro era ainda mais evidente na Última Hora do que na Tribuna.

Fig. 12 – Jornal do Brasil



O Jornal do Brasil, apesar do nome, trouxe, em 1957, mais notícias de fora do que nacionais, como já ocorria em anos anteriores.

#### 5.4. Texto e vocabulário

O texto jornalístico, em 1950 e 1951, era adjetivado e possuía vocabulário rebuscado ou estranho aos moldes atuais. Notamos palavras e termos, senão em

desuso, difíceis de serem vistos no jornalismo de hoje. Essa característica daquela época ainda permaneceria ativa nas imprensas carioca e paulista por alguns anos. Em 1957, perderia força no DC e na Tribuna, mas ainda possuía algum vigor no Jornal do Brasil e, sobretudo, na Última Hora. Na Folha de S. Paulo, em 1965,

quando se tinha a impressão que o texto já estava modernizado, aparecem matérias que usam termos como *edil* e *chefe do executivo* [itálico nosso]. Nesse aspecto lexical, em 1975, os jornais paulistas já tinham o padrão textual atual: os adjetivos estão definitivamente afastados. [...] apesar de que, até a década de 1970, as formas *sr.*, *sra.* e *dr.* ainda predominavam na imprensa paulista ” (CAPRINO, 2002, p. 107).

Na Tribuna da Imprensa, observamos, apenas nas manchetes (em seus títulos, subtítulos e primeiros parágrafos) das 13 edições de 1949, 1950 e 1951 a que tivemos acesso, termos adjetivados como *radical transformação*, *fatalmente desfavorável*, *indispensável liberdade aos votantes*, *situações capitais*, *irrisório preço* e *vultosa importância*; quanto ao vocabulário, encontramos *malta*, *comensal*, *hasta pública*, *alqueires*, *álibis*, *pormenores* e *falta de higiene profissional*. Nas seis edições de 1957, deparemos com duas expressões,  *cresce de vulto o escândalo* e *na qualidade de líder da UDN*.

O Diário Carioca teve, em 1957, redução expressiva desses termos e expressões – encontramos, nas seis manchetes desse ano, somente o termo *tranquila*, que adjetivava, sem propósito aparente, a sessão da Câmara Municipal, na manchete de 28 de novembro; e mesmo nas demais notícias de primeira página tais expressões eram escassas –, se comparado a 1950 e 1951. Em ambos anos, verificamos os seguintes termos adjetivados: *grandes gênios políticos nacionais* e *os seus ilustres candidatos* e *estranha mensagem*; quanto ao vocabulário: *PSD ortodoxo*, *líderes mais influentes do PSD*, *cabe rejubilar-nos*, *palestra* (em lugar de “entrevista”), *círculos informados*, *desbarato da ofensiva* e *ameaçados de liquidação*.

Estiveram no Jornal do Brasil, cuja análise se restringiu ao ano de 1957, os termos adjetivados *martirizada Hungria* e *jornalistas acreditados*. De vocabulário rebuscado ou estranho, identificamos: *circundam virtualmente Budapeste*, *fontes fidedignas*, *crivados de balas*, *majora*, *palestra* (em lugar de “entrevista”) e *boleto inflamado*. Houve, ainda, em uma mesma manchete (edição de 4 e 5 de agosto), lugares comuns (*calcanhar-de-aquiles* e *pé grosso*) e termos estrangeiros (*crack*, *record* e *forfait*).

A Última Hora tinha o texto com estilo bastante doutrinário e sensacionalista, características muito mais nítidas nesse jornal do que nos demais pesquisados. A veia doutrinária pode ser exemplificada nas manchetes de 12 de julho e de 12 de setembro de 1951, que se tratavam de artigos de opinião, ao invés de notícias<sup>46</sup>. O excesso de requinte na linguagem e a adjetivação ainda acentuavam a diferença textual do Última Hora com os outros jornais analisados, e tornava o periódico caricaturado.

Ao noticiar o naufrágio de um navio com passageiros e carga comercial na costa brasileira, a Última Hora publicou, em 13 de agosto de 1951, abaixo do título, em caixa alta, “DIFÍCIL SALVAR O NAVIO”, quatro subtítulos (grifos nossos):

- PRIMEIRAS FOTOGRAFIAS NO LOCAL DO SINISTRO DO ‘SANTOS’
- *Adernado Sobre Os Lagedos de Cabo Frio, o Barco do Loide Brasileiro Está Exposto à Fúria do Mar e Dos Ventos*
- Os Passageiros Chegaram ao Rio Só Com a Roupa do Corpo e Sem Dinheiro
- Perdido Totalmente o Carregamento de Farinha de Trigo do Porão Número Um - A Bagagem Será Trazida, Hoje, Para Terra

Na abertura da manchete de 12 de novembro de 1951, que se tratava de uma coluna política – *Dia do Presidente* –, se informava sobre a determinação de Getúlio Vargas “para a mobilização de *amplos recursos* para uma *solução definitiva* do *problema* do petróleo” e que “medidas de *extraordinário alcance* estavam em preparo” (grifos nossos). Para isso, “uma equipe de *técnicos experimentados e profundos conhecedores do problema*” trabalhava “*dia e noite* elaborando o *grande plano* de emancipação econômica do país” (grifos nossos). Concluía o primeiro parágrafo: “havia soado realmente no Brasil a hora do petróleo. Graças a Vargas”.

A manchete mais sensacionalista da pesquisa – sobre o acidente aéreo na ilha Anchieta, publicada em 12 de abril de 1957, pela Última Hora – exibia, apenas nas legendas das fotos da primeira página, frases como “um quadro trágico no meio da floresta quase invencível”, o comandante morreu “depois de tudo fazer para evitar a pavorosa tragédia”, “quatro pessoas voltaram do trágico mergulho da

---

<sup>46</sup> Em 27 de setembro de 1950, a Tribuna da Imprensa também publicou como manchete um artigo, assinado pelo fundador, Carlos Lacerda.

morte!”, “uma das quatro testemunhas do drama pavoroso contou, entre lágrimas, que viu as chamas devorando um a um seus companheiros de viagem!”, “a dramática aterrissagem do helicóptero salvador”. O subtítulo envolvia o leitor no enredo de uma macabra história:

No Silêncio da Montanha as Labaredas Avançavam Para os Homens Vivos, Mas Imóveis e Indefesos – ‘Eu Não Quero Morrer’, Gritava o Radialista Quando o Avião se Precipitava Para o Choque Fatal – ‘Mãe, Júlia Está Longe’, Dizia a Menina de 12 Anos Para a Mãe Enlouquecida Pelo Desastre – ‘Fechei os Olhos e Pensei em Deus’ – Luís Cunha: ‘Tomei o Lugar de Outro Para Não Perder o Aniversário de Minha Esposa’ – D. Gertrudes: ‘Deus me Deu o Maior Presente de Aniversário Que Jamais Poderia Obter’ – Relato Pavoroso da Tragédia.

Na página sete, em que constava o texto da matéria, a retranca: “Relato dramático e impressionante de um sobrevivente:”; o título: “Entre gritos medonhos eu vi o fogo matar um a um os passageiros!”; e o subtítulo: “A falta de socorros impediu que dez vidas fossem salvas no pavoroso desastre com o avião da ‘Real’”.

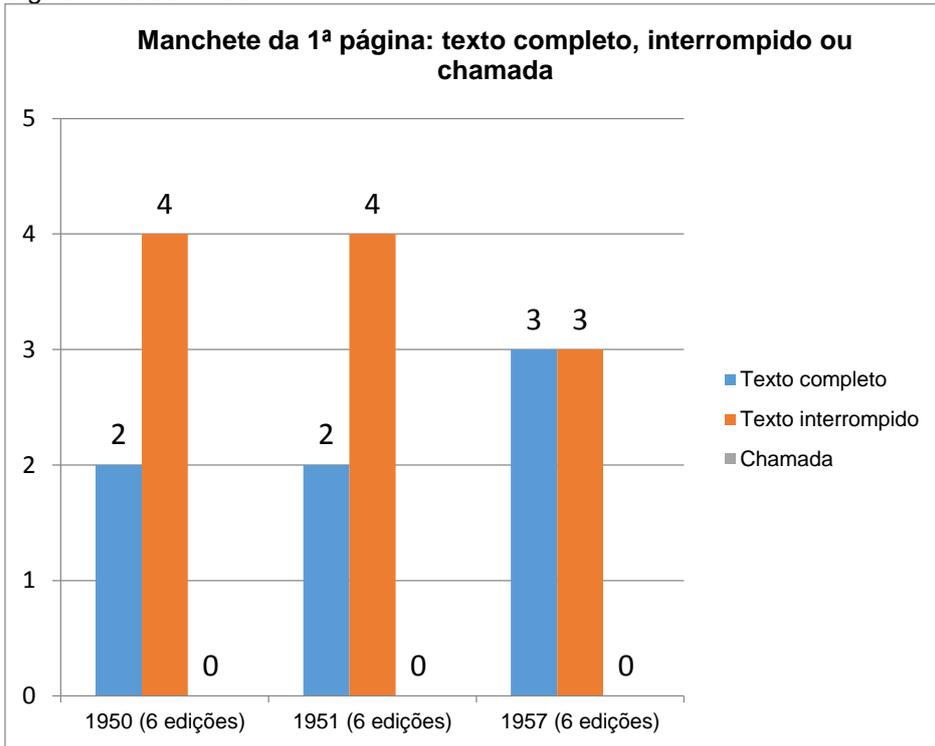
## 5.5. Diagramação e elementos visuais

A prática do “conclui na página tal” teve, no *DC*, drástica redução em 1957, quando menos da metade das matérias contavam com o recurso; os demais textos vinham inteiros. Nesse mesmo ano, a *Tribuna* o utilizava muito pouco, pois sua capa era composta sobretudo por chamadas, textos inteiros e notas, o que a *Última Hora* fazia desde 12 de junho de 1951, quando circulou seu primeiro número. Em 1957, as chamadas já compunham por completo a capa da *Última Hora*, à exceção de pequenas notas que costumavam vir na primeira página e de artigos de opinião, que vez ou outra apareciam nessa página.

Portanto, desde seu lançamento a *Última Hora* não interrompia as matérias na primeira página para continuarem no interior do jornal. Em 12 de novembro de 1951, ao passar os olhos pela manchete, “VARGAS MOBILIZA O POVO PARA O CASO DO PETRÓLEO”, e pelo subtítulo, o leitor era convidado a ler “informações mais completas” na coluna *Dia do Presidente*, na terceira página.

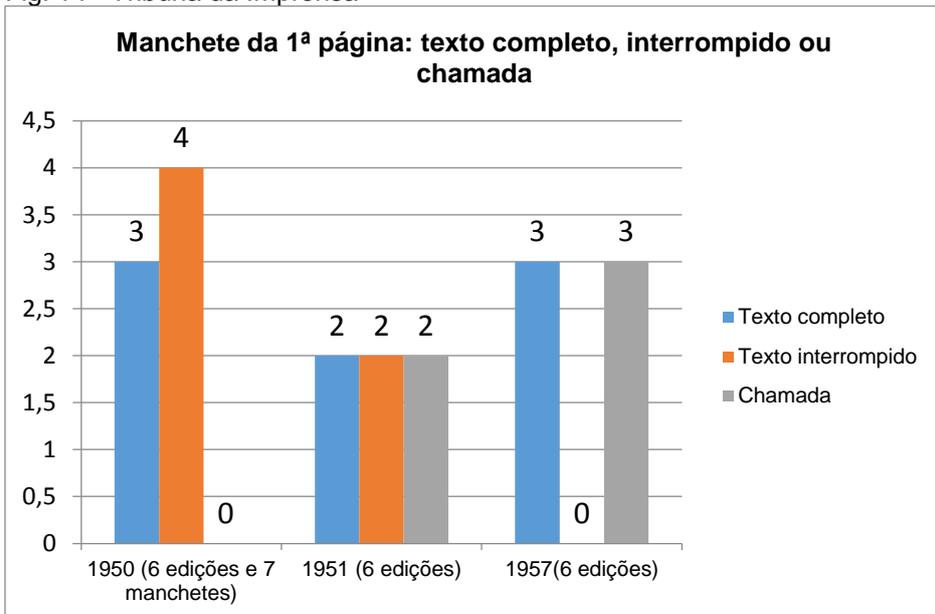
Dados sobre a adoção ou não de chamada nas manchetes de primeira página se encontram nos gráficos a seguir:

Fig. 13 – Diário Carioca



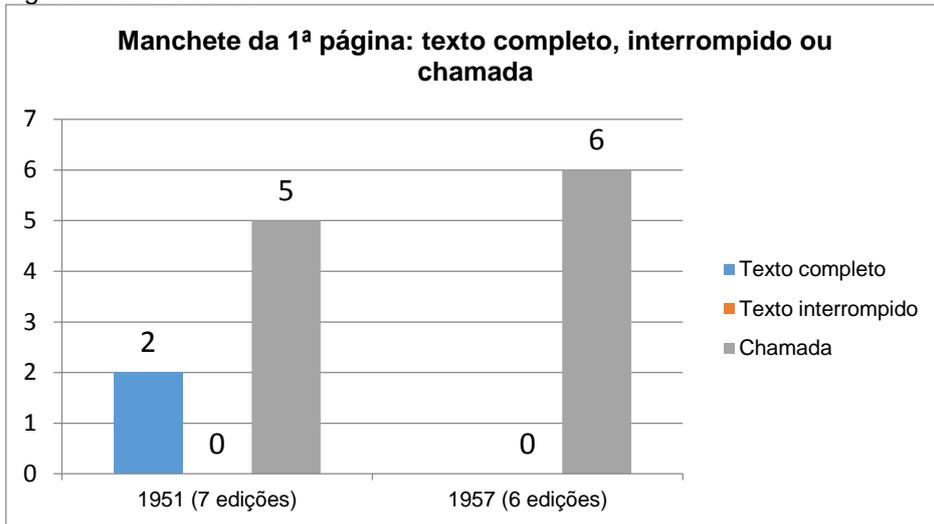
No DC, houve equilíbrio entre textos completos e textos interrompidos para continuarem no interior do jornal nos três anos estudados. Nenhuma das manchetes foi anunciada por meio de chamada.

Fig. 14 - Tribuna da Imprensa



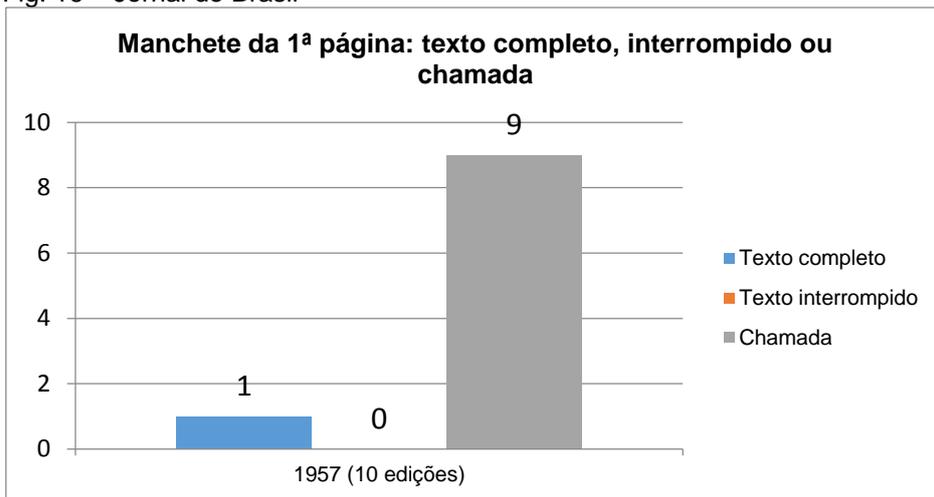
Na Tribuna, em 1951, um terço das manchetes vieram por meio de chamada na primeira página. Em 1957, metade foram anunciadas por esse meio, e já não houve textos interrompidos.

Fig. 15 – Última Hora



Desde sua primeira edição, em 1951, a Última Hora publicou chamadas. Nesse ano, eram maioria, mas também havia manchetes com texto completo. Em 1957, a primeira página era composta apenas de chamadas.

Fig. 16 – Jornal do Brasil



O Jornal do Brasil, em 1957, trazia praticamente chamadas na primeira página, além de numerosos anúncios classificados.

A Última Hora também tinha diagramação completamente distinta da aparência séria e maçante que era padrão na imprensa da década de 1950 – o que afirmamos com base nos jornais pesquisados. A distribuição das notícias na primeira página não a sobrecarregava nem cansava as vistas, e o uso de elementos visuais era privilegiado. Na primeira página em que foi divulgado o naufrágio do navio (em 12 de agosto de 1951), por exemplo, foram publicadas dez fotografias. Nas seis edições de 1957 que acessamos, calculamos uma média de 10,5 imagens por primeira página, entre fotografias (o que inclui fotos de perfil), charges e outras artes; na Tribuna da Imprensa, esse número foi de 5,2 (6 edições); no Diário Carioca foi de 4,3 (6 edições); e no Jornal do Brasil, de 0,9 (10 edições).

Ao longo da década de 1950, fotos de perfil ainda eram muito utilizadas para ilustrar notícias na primeira página dos periódicos, à exceção do JB, em que não verificamos nenhuma foto do tipo. Nos anos analisados, houve 16 fotos de perfil na Tribuna e 28 na Última Hora. O Diário Carioca publicou 41; dessas, 19 eram desenhos e 22, fotografias. Bastante utilizadas pelo DC no ano de 1950, as imagens de perfil desenhadas se limitaram, em 1951 e 1957, basicamente, a ilustrar o busto de Danton Jobim e de Macedo Soares nos artigos de opinião que assinavam na primeira página.

O Jornal do Brasil era um periódico de classificados desde a edição de 1º de agosto de 1906 – formato que, segundo constatamos em nossa análise, pouco sofreu alterações até o ano de 1957. Em sua primeira página não havia textos noticiosos nem fotos – exceto algumas edições dos anos 1920 e 1930, em que havia imagens. A página era preenchida por “precisa-se de um bom confeito”, “auxiliar de enfermeira oferece-se para trabalhar” e “gratifica-se a quem achou os livros perdidos no trem da Central, linha Nova Iguaçu”<sup>47</sup>, e numerosos outros anúncios de emprego, compras e vendas e achados e perdidos, que continuavam jornal adentro. Na capa, entre essas letras miúdas, um bloco logo abaixo do nome do jornal trazia chamadas compostas apenas de títulos (sem subtítulos) e as páginas das respectivas notícias. Nesse quadro não havia manchete nítida e cada título tinha determinada tipografia e caracteres em tamanho variado.

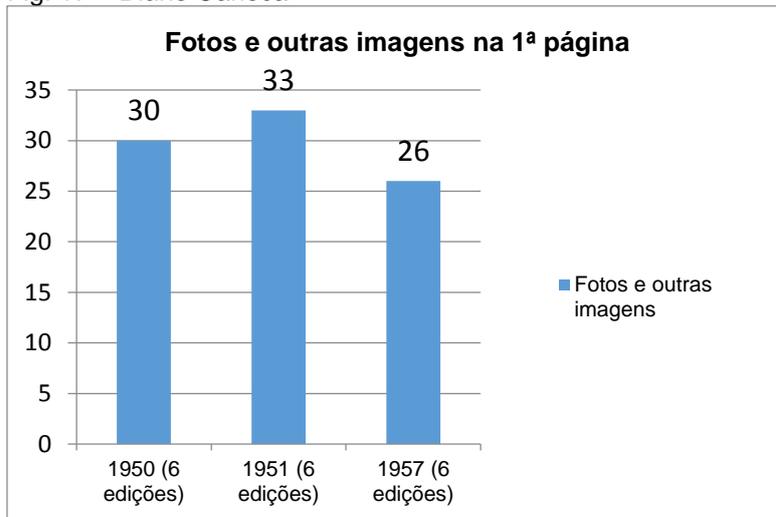
---

<sup>47</sup> JORNAL DO BRASIL, 4 jan. 1957, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_07&PagFis=69193](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_07&PagFis=69193)>. Acesso em 12/10/2015.

A primeira mudança que identificamos na diagramação da primeira página do *JB* em anos foi uma foto na edição de 3 e 4 de fevereiro de 1957. Fotografias apareceriam ocasionalmente até que, meses depois, estariam em todas as capas, complementadas por longas legendas que faziam papel de chamada para o texto que a fotografia ilustrava. Somavam-se outras novidades, como a coluna *O Tempo*, o *Boletim da Falta D'água* e as manchetes.

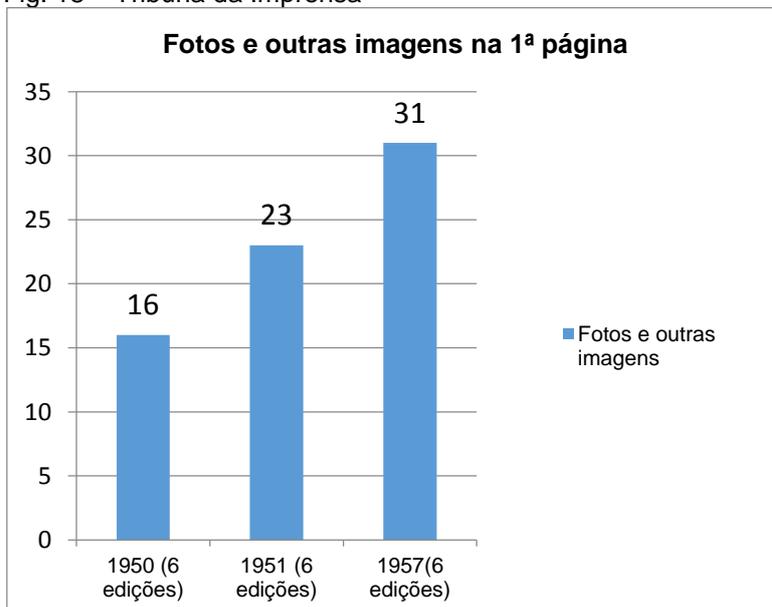
Vejamos os gráficos que seguem:

Fig. 17 – Diário Carioca



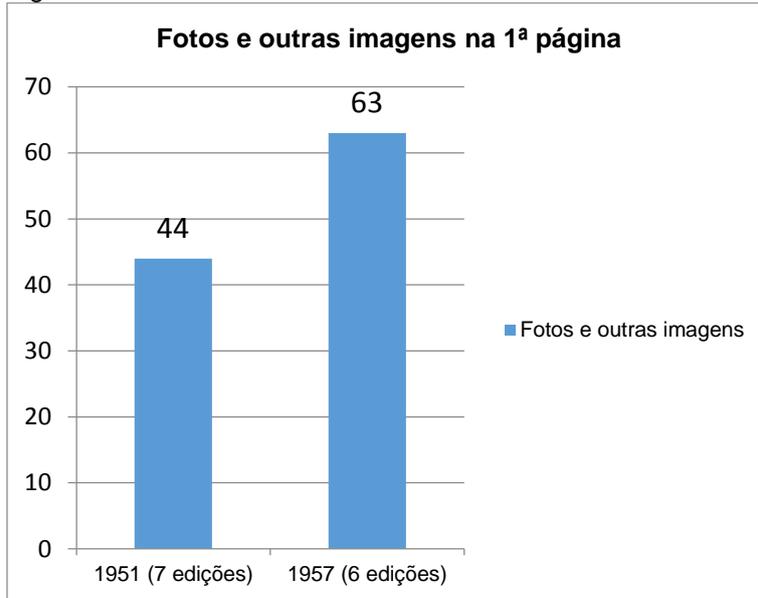
Nos três anos analisados, o Diário Carioca publicou quantidade razoável de imagens na primeira página, embora tenha havido uma redução em 1957.

Fig. 18 – Tribuna da Imprensa



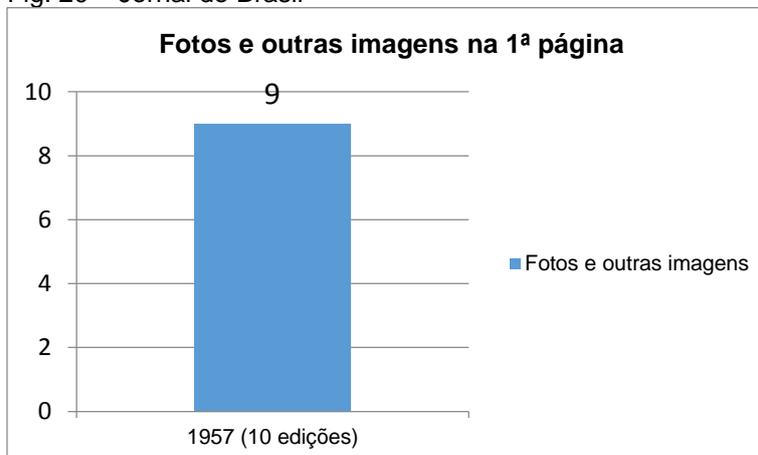
Nos gráficos a seguir, apresentamos as caixas dos títulos das manchetes analisadas. Em 1950, a Tribuna da Imprensa publicou cerca de metade da quantidade de imagens que o Diário Carioca, e somente em 1957 se igualou ao que o DC publicava já em 1950.

Fig. 19 – Última Hora



Desde o primeiro ano de funcionamento, a Última Hora trazia muitas imagens na primeira página. Em 1957, publicou mais que o dobro do DC e da Tribuna.

Fig. 20 – Jornal do Brasil



Já o JB publicou imagens pela primeira vez, em 1957, após décadas sem que aparecessem na primeira página do periódico.

## **5.6. Resultados**

Compartilhamos da conclusão de Caprino (2002) de que a modernização da imprensa brasileira foi gradativa, pois conviviam no mesmo jornal e na mesma época elementos da imprensa tradicional e da nova, o que dificulta estipular fases para as mudanças textuais da imprensa no Brasil. Levou-se alguns anos, a partir de 1950, para que se verificasse com clareza que algo ocorrera no texto jornalístico brasileiro. Em relação aos jornais cariocas, que são tidos como os iniciadores da reforma, verificamos que o lide, em 1957, ainda tentava se estabelecer como componente padrão do texto.

Notamos a existência de formatos semelhantes ao lide mesmo antes do carnaval de 1950, mas quando apareciam tinham traços de nariz de cera e de narrativa cronológica, ou, se não tinham, eram eventuais. Segundo Caprino (2002), havia, ao menos na imprensa paulista, aberturas diretas e objetivas, parecidas com o lide, já nas décadas de 1910 e 1920, mas informações importantes ficavam ausentes. Enquanto o estilo jornalístico brasileiro atravessou a década de 1920 até a de 1950 com poucas alterações e inovações, nos anos 1950 Caprino (2002) observou uma estruturação de texto mais próxima da pirâmide invertida nos jornais paulistas. No entanto, o vocabulário ainda se mantinha repleto de chavões. De todo modo, conforme afirmou a autora, a reforma instalou-se tardiamente em São Paulo, em relação à implantada no Rio de Janeiro (CAPRINO, 2002).

## 6 CONCLUSÃO

Com o objetivo de verificar o nível de influência do manual do Diário Carioca no processo de modernização do jornalismo brasileiro nos anos 1950, mergulhamos em um trabalho de pesquisa empírica em torno dos jornais Tribuna da Imprensa, Última Hora, Jornal do Brasil, e do próprio DC.

Isso nos permitiu observar que, na década de 1950, o texto noticioso passou por um processo de rompimento com padrões textuais inviáveis para os dias atuais. Até então, predominava em nossa imprensa o estilo opinativo e partidário de escrita, que tinha no nariz de cera – comentário do repórter com requintes literários que abria a matéria – uma de suas mais visíveis exemplificações. A descrição cronológica dos acontecimentos também era um recurso comum ao se publicar textos jornalísticos. Embora houvesse exceções, o fato noticioso, a novidade, a informação ainda não contada, que justifica o trabalho do repórter, costumava vir no fim da matéria, ou diluído em seus parágrafos. Estes eram preenchidos, em parte, por termos eruditos e adjetivações elogiosas, recriminadoras ou sensacionalistas.

O primeiro manual de estilo da imprensa brasileira, produzido por Pompeu de Sousa, em fevereiro de 1950, para o Diário Carioca, reuniu, de forma esquematizada, regras de redação oriundas dos Estados Unidos e utilizadas casualmente no Brasil. A partir do Manual de Redação do Diário Carioca, a pirâmide invertida, método em que as informações são elencadas em ordem de importância, se tornou o padrão textual ao se redigir matérias para aquele jornal. O lide, primeiro parágrafo de caráter objetivo, sintético, informativo, que fazia aparições eventuais na nossa imprensa, figurou como o ideal a ser alcançado. Para se assegurar que as regras seriam seguidas, Pompeu, Danton Jobim e Luiz Paulistano, todos ligados ao DC, instituíram o copidesque, atividade em que redatores liam e, caso necessário, reescreviam o texto dos repórteres. Essas novidades seriam empregadas por toda a imprensa – embora, de acordo com Márcia Marques, membro efetivo da banca examinadora, por ser um elemento de transição, o copidesque tenha desaparecido nos anos 1980, quando os repórteres já escreviam conforme o padrão estabelecido pelos manuais, para se cortar gastos.

Os elementos oriundos da modernização, contudo, levaram anos para se fixar nos periódicos brasileiros, conforme demonstrou nossa pesquisa empírica. O

próprio Diário Carioca, nos meses seguintes ao implemento do manual, em 1950, publicou lides primitivos, carregados de elementos da imprensa tradicional. Em 1957, último ano de nossa análise empírica, quando o DC e o Jornal do Brasil – cuja reformulação envolveu jornalistas que atuaram no DC – já possuíam lides bem definidos e que eram seguidos de sublide, a Tribuna da Imprensa era ocupada por narrativas cronológicas e narizes de cera, ao lado de lides que ainda amadureciam; e a Última Hora exibia algumas aberturas que podiam ser identificadas, ao mesmo tempo, como lide e nariz de cera (ou lide e narrativa cronológica).

Contudo, o Diário Carioca não lançou sozinho inovações modernizantes. Embora estivesse, no quesito textual, à frente dos demais jornais analisados – uns mais próximos do DC, outros mais distantes –, no que se refere à diagramação e ao uso de elementos visuais, por exemplo, a Última Hora – que em 1957 já adotava apenas chamadas na capa e valorizava a presença de imagens nessa mesma página – é quem determinava o modelo a ser reproduzido. Embora o Diário Carioca tenha popularizado, ainda nos anos 1940, recursos como os dois pontos em títulos, a *Tribuna da Imprensa* e o Jornal do Brasil eliminaram o emprego de caixa alternada nos títulos e subtítulos das notícias antes do DC e da Última Hora, uma vez que, no ano de 1950, a Tribuna e o JB já publicavam títulos e subtítulos em caixa alta ou baixa, o que facilitava a leitura.

Por fim, as principais conclusões que expomos, a partir do material empírico analisado, são:

1. Embora fosse um recurso eventual, a presença do lide no Brasil é anterior ao manual do Diário Carioca e ao processo que ficou conhecido como a reforma da imprensa brasileira;
2. O mérito do Diário Carioca foi padronizar o lide como elemento essencial do texto jornalístico, o que ocorreu a partir da produção das *Regras de Redação do Diário Carioca*.
3. Também é mérito do DC a lapidação do lide, tornando-o, com o passar dos anos, mais conciso e objetivo que em 1950.
4. A implementação da reforma foi gradual, inclusive no DC. Levou-se alguns anos para que o lide, por exemplo, se mostrasse desenvolvido.

5. O Diário Carioca não foi o único a inaugurar inovações ao longo da modernização da imprensa. Outros jornais também tiveram contribuições importantes nesse processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno*. ECO-PÓS- v.11, n.2, agosto-dezembro 2008, pp.95-116.

ALBUQUERQUE, Afonso de. *A modernização autoritária do jornalismo brasileiro*. Alceu, v. 10, n. 20, p. 100-115, jan./jun. 2010.

BERGAMO, Alexandre (2011). *Reportagem, Memória e História no Jornalismo Brasileiro*. Mana – Estudos de Antropologia Social, vol. 17, no. 2, pp. 233-269.

CAPRINO, Mônica Pegurer. *Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação*. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, v. 23, n. 37, p. 105-123, 1º sem. 2002.

CAPRINO, Mônica Pegurer. *Manual de Redação: camisa-de-força ou regra necessária?* Revista Imes, jan./jun. 2002, pp. 49-59.

COSTA, Cecília. *Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, 504p. (Cadernos da Biblioteca Nacional).

DAVID, Hadassa Ester e CAETANO, Márcia. *O modelo norte-americano de rádio no Brasil: a disseminação das técnicas jornalísticas durante a Segunda Guerra Mundial*. Revista Iniciacom – Vol. 4, N° 1 (2012).

FRANZOLIN, João Arthur Ciciliato. *Joaquim Inojosa e o jornal Meio-Dia (1939-1942)*. In: ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, São Paulo, julho/2011.

GENTILLI, Victor. *Sistema midiático e crise do jornalismo: crônica da história política brasileira*, São Paulo: Edusc, 2002.

LAGE, Nilson. *À frente, o passado. Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade* / Federação Nacional dos Jornalistas (org.). Florianópolis: [s.n.], 2002 (Florianópolis: Imprensa da UFSC) 138 p.: il. - 2ª edição.

LAGE, Nilson. *Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade*. Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. I N° 1 - 1º Semestre de 2004.

LEAL, Maria de Jesus Daiane Rufino. *Os jornais do Rio de Janeiro nas décadas de 40 e 50*. Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. São Bernardo do Campo – São Paulo.

MACHADO, Izamara Bastos. *A reforma do Diário Carioca na década de 50*. Artigo-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MENDEZ, Rosemary Bars. *Pompeu de Sousa: jornalista, professor e político*. In: NP INTERCOM JORNALISMO DO ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 6.

\_\_\_\_\_. *Pompeu de Sousa: o jornalista que mudou o jornalismo brasileiro*. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Pompeu de Sousa: o jornalista que transformou o jornalismo*. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3., 2005, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

MOURA, Cláudia Peixoto de. *O Curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº. 31, p. 147-160, 2003.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Comunicação Social. *Diário Carioca: O máximo de jornal no mínimo de espaço*, 2003. (Cadernos de Comunicação, Série Memória, Vol. 9).

RODRIGUES, Nelson. *A cabra vadia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROXO DA SILVA, Marco Antônio. Nelson Rodrigues. *A retórica do nariz de cera e a triste sina do jornalismo policial*. In.: VII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 19-21 agosto 2009, Fortaleza, Ceará.

SPONHOLZ, L. *Quando objetividade não é objectivity. Os princípios do jornalismo brasileiro e suas consequências*. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, v. 5, p. 10, 2008.